

Família Profissional >  
**ADMINISTRAÇÃO**

**BANCA E SEGUROS**

**COMÉRCIO**

**CONTABILIDADE**

**GESTÃO**

Família Profissionais >  
**COMÉRCIO**

Família Profissional >  
**COMUNICAÇÃO, IMAGEM E SOM**

**MARKETING & PUBLICIDADE**

**FOTOGRAFIA**

**AUDIOVISUAIS**

**MULTIMÉDIA**

**ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS**

**ARTES GRÁFICAS**

# PROJETO EDUCATIVO

Triénio | 2011-14

Família Profissional >  
**ELECTRICIDADE E ELECTRONICA**

**INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS**

**ELECTRÓNICA E TELECOMUNICAÇÕES**

**PROTECCÃO CIVIL**

Família Profissional >  
**SERVICIOS DE PROTECCÃO E SEGURANCA**

Família Profissional >  
**MECÁNICA**

**epfa**  
Escola Profissional Fialho de Almeida  
VICÓSSUA  
[www.epfavidigueira.pt](http://www.epfavidigueira.pt)

Família Profissional >  
**SERVICIOS DE APOIO SOCIAL**

**APOIO PSICOSSOCIAL**

**APOIO À INFÂNCIA**

**ANIMADOR SOCIOCULTURAL**

**TURISMO**

**VITICULTURA E ENOLOGIA**

**PASTELARIA**

**COZINHA**

**MESA & BAR**

Família Profissional >  
**ACTIVIDADES AGRICOLAS E AGRO-ALIMENTARES**

Família Profissional >  
**HOTELARIA E TURISMO**

**Índice**

Introdução.....	4
1. Caracterização da Região.....	9
1.1. Fatores Estruturantes de Desenvolvimento .....	12
2. Escolas Profissionais .....	20
3. Caracterização da Escola .....	22
4. Cursos Ministrados na EPFA e Respetivos Planos Curriculares .....	29
Curso: Profissional de Técnico de Animador Sociocultural.....	30
Curso: Profissional de Técnico de Artes Gráficas .....	31
Curso: Profissional de Técnico de Apoio Psicossocial.....	32
Curso: Profissional de Técnico de Apoio Psicossocial.....	33
Curso: Profissional de Técnico de Multimédia .....	34
Curso: Profissional de Técnico de Proteção Civil .....	35
Curso: Profissional de Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade .....	36
Curso: Profissional de Técnico de Organização de Eventos.....	37
Curso: Profissional de Técnico de Audiovisuais .....	38
4.1. Referenciais de Formação e Referenciais de Emprego dos Cursos Ministrados na EPFA.....	39
4.1.1. Curso Profissional de Nível IV: Animador Sociocultural .....	39
4.1.2. Curso de Profissional Nível IV: Técnico de Artes Gráficas.....	40
4.1.3. Curso Profissional de Nível IV: Técnico de Apoio Psicossocial .....	41
4.1.4. Curso Profissional de Nível IV: Técnico de Multimédia.....	43
4.1.5. Curso Profissional de Nível IV: Técnico de Proteção Civil.....	44
4.1.6. Curso Profissional de Nível IV: Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade.....	45
4.1.7. Curso Profissional de Nível IV: Técnico de Organização de Eventos.....	46
4.1.8. Curso Profissional de Nível IV: Técnico de Audiovisuais.....	47
5. O Projeto.....	48
5.1- Finalidades do Projeto.....	53
5.1.1. Eixos de Desenvolvimento:.....	55
5.1.2. Objetivos e Ações a Implementar .....	55
6. Caracterização dos Cursos.....	67

6.1. Caracterização dos Cursos Profissionais de Nível IV .....	67
7. Perfil dos Formandos no Final dos Respetivos Cursos.....	75
7.1. Domínio Socio-afetivo .....	75
7.2. Domínio Cognitivo-Cultural.....	75
8. Assiduidade dos Cursos Profissionais e dos Cursos de Educação/Formação .....	77
8.1. Enquadramento Legal .....	77
8.2. Regime de Assiduidade.....	78
9. Implementação e Avaliação do Projeto Educativo.....	81



## Introdução

*"Recomeça...  
Se puderes,  
E os passos que deres,  
Nesse caminho duro  
do futuro,  
Dá-os em liberdade  
Enquanto não alcances,  
Não descanses.  
De nenhum fruto queiras só metade."  
Miguel Torga*

Muito se fala sobre incluir os alunos, os professores, os pais, os Encarregados de Educação, as entidades locais e regionais, enfim toda a comunidade educativa, em geral, num projeto educativo comum, sendo sempre esse um dos enfoques de todos os projetos educativos em vigência ao longo destes 20 anos de Escola. Então, porquê a necessidade de escolher a temática: "A escola somos nós"?

Porque é mais fácil propor do que colocar em prática esta máxima, em todas as suas vertentes e potencialidades. É verdade que os Encarregados de Educação vêm à escola, ou por iniciativa própria, ou porque os orientadores educativos os contactam, sendo que tal acontece sobretudo aquando dos momentos consagrados para a entrega de documentos de avaliação e onde se faz uma reflexão sobre o aproveitamento, assiduidade e comportamento. É frequente, ainda, contactá-los quando os seus educandos apresentam um comportamento desviante ou quando a sua assiduidade ou aproveitamento num dado momento não corresponde ao esperado.

Mas, quantos de nós, educadores, orientadores educativos, diretores de curso, se lembraram de ligar a um encarregado de educação ou de lhe solicitar para vir à escola para o congratular com o sucesso do seu filho num determinado projeto, atividade ou tarefa? Quantas vezes abrimos deliberadamente as portas da nossa escola para receber pais e familiares e com eles compartilharmos aquilo que os filhos fazem de qualidade na escola? Seremos honestos se respondermos que já o fizemos e o fazemos sistematicamente aquando da entrega dos diplomas e do baile de finalistas, mas seremos ainda mais honestos se concluirmos que podemos fazer muito mais.

Com novas instalações, novos equipamentos e, sobretudo, muita vontade é-nos, neste triénio, possível, assim o acreditamos, colocar em prática muitos dos desafios que há tanto estão a ser cogitados nas nossas cabeças e nos nossos corações, mas, em anos anteriores, não passavam de meras utopias. O que queremos então? Abrir as portas da nossa "casa" a toda a comunidade, deixá-la entrar e usufruir do que temos para

oferecer: um banquete, se nos permitem uma iguaria, no sentido da qualidade que emana dos trabalhos dos nossos discentes. Os nossos alunos estão sedentos de mostrar as competências que adquirem e aperfeiçoam todos os dias na nossa Escola e dividir com toda a comunidade os seus conhecimentos práticos e técnicos. Desejam, ainda, demonstrar a sua dedicação e o empenho que empregam em determinadas atividades e projetos. E nós, professores e formadores, queremos que eles sintam orgulho em apresentar aquilo que fazem e que os seus pais, amigos, familiares apreciem o que eles alcançaram e os parabenizem pelos seus feitos. Desejamos que os pais deixem de “tremar” ao ver o número de telemóvel da escola ou uma carta enviada pelo correio por considerarem que de algo negativo se deve tratar. Esperamos que a comunidade local aprecie aquilo que sabemos fazer de melhor e o amor e dedicação com que trabalhamos na EPFA.

Neste momento, é possível proceder a fóruns, debates, colóquios, certames, dias da multiculturalidade, exposições, entre tantas outras atividades, e convidar toda a comunidade para vir até à nossa escola, pois a amplitude das nossas instalações permite-o; é possível convidá-los para visualizarem exposições com os trabalhos dos nossos discentes; é fundamental convidá-los para assistirem à apresentação dos projetos de PAP; é viável convidá-los a celebrar connosco os finais de período; é fácil fazer um fórum de discussão onde todos os Pais e Encarregados de Educação opinem sobre o percurso formativo dos seus educandos; é exequível pedir a pais e filhos que concretizem experiências juntos; é impreterível trazer à escola as empresas locais, ou futuros alunos, enfim, tudo é possível, basta investirmos verdadeiramente nisto, uma vez que uma escola não é na sua essência uma escola se não souber avaliar a importância de todos os intervenientes no processo de ensino/aprendizagem. Por isso, uma vez mais reiteramos, todos são importantes no sucesso da EPFA.

A nossa missão não ficaria completa se não pudéssemos levar os nossos pensamentos, ideias e saberes à comunidade em geral, daí que apostemos em projetos que envolvam a população da nossa região, convidando todos os populares a aprenderem connosco e a partilharem os seus saberes. Por tudo isto, apostamos em tarefas que reforcem esses laços, convidando-os a vir à Escola, promovendo projetos, tais como os do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (Comenius, Leonardo da Vinci, Grundtvig), conferências, colóquios sobre as mais variadas temáticas, campanhas de informação, ações de sensibilização, enfim, todo o género de eventos que levem ao debate e à reflexão. Os nossos alunos, por sua vez, não trabalham unicamente na Escola e para a Escola, por isso, levam a cabo campanhas de solidariedade, realizam inquéritos, informam as pessoas, sensibilizam-nas nas mais variadas temáticas, como seja a ambiental, convidam-nas a visualizar os seus trabalhos e provas, participam nas atividades locais e, desta forma, contribuem para uma região mais dinâmica e rica económica, cultural e socialmente.

Esperamos mudar atitudes e mentalidades de um dia para o outro? É evidente que não, mas podemos prometer que faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para contribuir para o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância para a vida social.

Em suma, a Escola, enquanto espaço educacional, continua a ocupar um lugar central na formação integral dos indivíduos, assim, a redefinição do seu *locus* social e a construção de novas fronteiras educativas, envolvendo a participação colaborativa dos seus agentes, deverão conduzir à reafirmação da sua identidade enquanto instituição integradora de valores humanistas e veículo de conhecimento e cultura, nos seus ensinamentos e aprendizagens, e à reinvenção do seu estatuto enquanto entidade aprendente e comunicante.

No entanto, a Escola não pode assumir o papel de último missionário civilizacional de uma humanidade desenraizada, seria quimérico. É premente a sua afirmação numa rede colaborativa de instituições sociais, económicas e culturais, onde a família assume destaque, no sentido da criação de um fórum educacional de decisão e debate, capaz de delinear estratégias locais de integração, num exercício claro de uma democracia ativa.

A sustentabilidade dos projetos educativos relaciona-se diretamente com o investimento que o ensino e a escola promovem no projeto de vida dos seus alunos e docentes, valorizando compromissos pedagógicos e profissionais, bem como objetivos de estabilidade pessoal e familiar.

Ser professor e educador não é uma condição adquirida ou inata, ensinar e formar é um processo de construção contínua que precisa de ser localizado e suportado num espaço-tempo de discussão, reflexão e confronto de práticas. A escola e os seus agentes não podem resignar-se à aceitação da fatalidade como caminho inevitável.

Aceitar um horizonte cambiante e uma sociedade disfuncional que perdeu o seu projeto coletivo, sem no entanto consagrar os valores de uma autonomia consciente, numa subjugação da sua própria identidade à explosão de sentidos de um constante devir, traduz-se num contexto carente de modelos flexíveis de ensino e aprendizagem.

Construir estratégias e utilizar ferramentas promotoras de um auto posicionamento e de capacidades de metacognição, baseada num espírito crítico fundamentado, respeitador e integrador, são tarefas e desafios diários.

Envolver o aluno enquanto sujeito ativo na sua aprendizagem, formando na utilização e seleção da informação, conduzindo-o no traçado de um percurso escolar ativo e participativo, conduz à cidadania.

Promover o conhecimento da sociedade e da sua identidade cultural estimula o sentimento de pertença a um projeto global e a uma comunidade, estruturado em redes sociais de suporte.

Uma vivência ética, consagrada na educação, traduz-se na formação de uma autonomia e maioridade, intelectual e moral, capaz de enformar e resolver criticamente os desafios diários, sem esquecer o dever e

respeito com o outro, e que se torne reveladora de uma *praxis* reflexiva e informada, conducente a uma emergência de uma identidade própria resgatada à sua condição contemporânea.

O futuro da comunidade global deve decidir-se na responsabilidade e compromisso social, na sensatez e na valorização da sensibilidade e criatividade humanas, capazes de subestimar a ideia de progresso tecnológico e riqueza económica como únicos marcadores de desenvolvimento.

Vamos esquecer aquilo que protagonizámos no projeto educativo anterior?

Nunca, vamos continuar esse percurso, pelo que a Escola continua a incentivar um ambiente favorável à inovação, tendo em conta as várias formas de inventividade permitidas em todos os cursos ministrados.

Os docentes vão continuar a apostar em aulas diversificadas e motivadoras, empenhando-se na interdisciplinariedade e em levar os alunos a Saber-Saber, a Saber-Fazer, a Saber-Ser e a Aprender a viver juntos, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências, no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz. Deseja-se centrar o ensino numa perspetiva qualitativa, com o intuito de formar jovens responsáveis, críticos, autónomos, conscientes das suas decisões e participativos numa sociedade em constante mutação. Continua-se a promover a aquisição e desenvolvimento de competências matemáticas, científicas e tecnológicas, e a proceder-se à sensibilização de todos os alunos para a necessidade de serem empreendedores, inovadores e criativos, não com uma postura passiva, enquanto estudantes, mas ativa e de preparação para a sua formação em contexto de trabalho e após a conclusão do seu Curso, pois a Escola deverá fomentar uma educação na qual os alunos sejam capazes de organizar, planejar, executar e coordenar as suas atividades de forma autónoma e responsável, para serem atores interventivos no seu próprio projeto de vida. Além disso, a participação de professores e alunos em projetos comuns podem dar origem à aprendizagem de métodos de resolução de conflitos e constituir uma referência para a vida futura dos alunos, enriquecendo a relação professor/alunos e promovendo uma melhor integração no meio que os rodeia.

Após a conclusão dos seus Cursos, a E.P.F.A. espera que os discentes estejam preparados para a entrada no mundo do trabalho, contribuindo, deste modo, para o crescimento económico, se possível, da região, que se debate com fortes problemas populacionais, devido à saída dos jovens para as grandes metrópoles. De frisar que, este Estabelecimento também fomenta a iniciativa e autonomia dos discentes para criar o seu próprio posto de trabalho, que poderá contemplar a prestação de serviços como trabalhadores independentes e/ou em associação com outros jovens através da criação de microempresas ou cooperativas de prestação de serviços. Para todos estes objetivos, muito interessa o inter-relacionamento entre os jovens, a família, a Escola, e as empresas/instituições locais e regionais.

Neste contexto, é fundamental continuar a promover o empenho, a audácia e a coragem, planificando e dinamizando projetos dinamizadores e criativos, procedendo a reestruturações, quando necessário, bem como privilegiando a Escola como um espaço de diálogo, reflexão, discussão e debate, no qual toda a comunidade se



deve envolver ativa e eficazmente. A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro.

Mas, a Escola não se fica por aqui, possui mais-valias, pois valoriza a abertura à diversidade cultural, incentivando a comunicação e o estreitar de relações. É por isso que aposta em projetos de intercâmbio (Projetos Comenius), parcerias internacionais na área da formação profissional (Leonardo da Vinci-Parcerias Multilaterais), realiza visitas de estudo diversas, aposta na formação em contexto de trabalho em empresas nacionais e europeias (Programa Leonardo da Vinci - Mobilidade) e recebe alunos de origens diversas e distintas. Atualmente, estudam, neste Estabelecimento, alunos Brasileiros, Cabo-Verdianos, oriundos da Alemanha, Roménia, entre outros, estando este aspeto a evidenciar-se a cada ano letivo que passa. Por isso, é imperioso estar preparado para esta abertura intercultural e saber como levar todos os discentes a tirar proveito destes contactos multiculturais que lhes permitem a troca de vivências, experiências e saberes e que os incentivam a compreender e a aceitar as diferenças, apreendendo, simultaneamente, a verdadeira dimensão da Aldeia Global.

Deste modo, estamos perante um Projeto que incide sobre a precisão de agir e intervir, tomando, sempre, em linha de conta as alterações que ocorrem a um ritmo alucinante, numa Europa cada vez mais alargada e multicultural. É também nosso fim promover uma aproximação e domínio das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação como meio de excelência para a integração destes jovens num mundo do trabalho cada vez mais exigente e em constante atualização.

Por isso, tal como esmiuçaremos no desenvolver deste Projeto, iremos implementar atividades ainda mais profícuas e mais viradas para o reforço de um ambiente favorável à comunhão de todos os intervenientes no processo ensino/aprendizagem, ações essas que ainda serão mais visíveis por toda a região circundante e que contarão, como já referimos, com campanhas de informação, promoção de boas práticas, debates, reuniões, colóquios, entre outras, todos baseados nesta temática. Só, desta forma, poderemos mostrar o que valemos e contribuir para um crescendo das capacidades da União Europeia. A nossa Escola deseja formar alunos que encarem a realidade envolvente como um conjunto de oportunidades de mudança e que almejem produzir, que tenham iniciativas, que não acreditem que o futuro só pode ser pintado de cinzento, estimulando a sua criatividade e aprendizagem ao longo da vida, no sentido da sua realização pessoal, social e profissional.

Em suma, dever-se-á considerar este Projeto Educativo como um instrumento indispensável à execução do Projeto Educativo Nacional, expresso na Lei de Bases do Sistema Educativo e implícito na legislação, que reformula o sistema das Escolas Profissionais. Este projeto deverá ainda ser o assumir da mais ampla autonomia cultural, científica, tecnológica e pedagógica que as Escolas Profissionais detêm, apenas limitada pelos princípios constitucionais e pela lei.

## 1. Caracterização da Região

### *O meu Alentejo*

*"Meio-dia! O sol a prumo cai ardente  
Dourando tudo...ondeiam nos trigais  
D'ouro fulvo, de leve ... docemente  
As papoulas sangentas, sensuais...*

*Andam asas no ar; e raparigas,  
Flores desabrochadas em canteiros,  
Mostram por entre o ouro das espigas  
Os perfis delicadas e trigueiros  
Tudo é tranquilo e casto e sonhador...  
Olhando esta paisagem que é uma tela  
De Deus, eu penso então: Onde há pintor  
Onde há artista de saber profundo,  
Que possa imaginar coisa mais bela,  
Mais delicada e linda neste Mundo?"  
Florbela Espanca*

O Alentejo é uma região de Portugal composta, integralmente, pelos distritos de Portalegre, Évora e Beja e, ainda, o sul dos distritos de Setúbal e de Santarém. Limita, deste modo, a norte com a Região Centro, a noroeste com a Região de Lisboa, a leste com a Espanha, a sul com o Algarve e a oeste com o Oceano Atlântico. Abrange 58 concelhos (18,8% do total nacional), pelo que se estende das margens do rio Tejo até à serra Algarvia.

Como características mais específicas, de distinguir a monotonia topográfica e a homogeneidade das paisagens, dos solos e do clima, aliado às extensas superfícies de declive fraco ou muito fraco e à infinidade de horizontes planos ou quase planos e raros relevos.

Saliente-se que, a posição meridional e a ausência de relevos contrastáveis fazem com que esta região tão ampla se regre pelas tonalidades mediterrânicas e continentais do clima, que é quente, seco e de baixa pluviosidade, ainda que, nos últimos anos, se assista gradualmente a alterações climáticas por motivos vários e conhecidos de todos. Assim sendo, o clima tem influência direta na paisagem e no modo de vida de cada população, pelo que há quem considere que este clima é o responsável pelo incipiente desenvolvimento agrícola, uma vez que os sistemas de produção modernos e de mercado são marcados pela seca e a produtividade é menor.

Os atuais sistemas de utilização do solo, estão, por sua vez, muito longe das visões de equilíbrio entre tendências de determinismo natural económico e empresarial.

Ultimamente, as alterações mais significativas sobressaíram na redução da superfície reservada aos cereais, na multiplicação de vinhas e na renovação de olivais, ovinos e bovinos de carne. Por outro lado, auferiram-se, ainda, no alargamento das superfícies florestadas, no crescendo das zonas de caça turística e associativa e na continuação do desenvolvimento tecnológico. A multiplicação de aproveitamentos hidroagrícolas, oficiais e privados e da extensão das áreas de regadio, tanto em favor dos cultivos como da pecuária, em particular dos bovinos leiteiros, foi outra alteração a considerar.

Ainda que o regadio possua, cada vez mais, uma maior área agrícola, as produções alentejanas mais significativas continuam a ser as de sequeiro: os cereais, o azeite e a cortiça, o vinho, a carne e o queijo dos ovinos. Estas produções, de qualidade reconhecida, levam até a que determinadas regiões sejam famosas pelos seus produtos (por exemplo, os queijos) ou valorizadas pela produção de vinhos de qualidade em região delimitada.

Especificando, o Concelho de Vidigueira está encostado à serra do Mendro, o que lhe permite desfrutar de um micro clima muito favorável, pelo que apresenta características agrícolas muito específicas, sendo propício à horticultura e fruticultura. Como tal, os seus vinhos destacam-se pela sua qualidade, cujo reconhecimento remonta já ao século XVII. Tendo em conta a aptidão dos terrenos para a atividade produtiva, o concelho de Vidigueira insere-se na “zona das terras fortes do baixo Alentejo ou barros de Beja”, uma área geralmente plana e de reduzida arborização, que constitui o solar trigueiro do país, com sistemas culturais muito intensivos do tipo cereal – leguminosa/oleaginosa.

No que respeita aos resultados provisórios dos Censos 2011, referenciados ao dia 21 de Março de 2011 (momento censitário), indicam que a população residente em Portugal cresceu cerca de 2%, fixando-se em 10 561 614. Em termos regionais, o Alentejo volta a perder população na última década (-2,5%) e a região Centro regista igualmente uma ligeira redução (-1%). O Algarve e a Região Autónoma da Madeira registam acréscimos de população bastante expressivos, face a 2001, respetivamente +14,1% e +9,3%. Na região Norte a população estabilizou e a Região Autónoma dos Açores apresenta um ligeiro acréscimo de 2%.

O país acentuou o padrão de litoralização da década anterior e reforçou o movimento de concentração da população junto das grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. A maior parte dos municípios do interior perdeu população. Em 2011, são 198 os municípios que registam decréscimos populacionais face a 171 municípios em 2001.

O fenómeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem, agravou-se na última década. Os resultados dos Censos 2011 indicam que 15% da população residente em Portugal se encontra no grupo etário mais jovem (0-14 anos) e cerca de 19%

pertence ao grupo dos mais idosos, com 65 ou mais anos de idade. O índice de envelhecimento da população é de 129, o que significa que por cada 100 jovens há hoje 129 idosos. Em 2001 este índice era de 102. as regiões do Alentejo e Centro são as que apresentam os valores mais elevados, respetivamente 179 e 164.

Em 2001, no Alentejo havia cerca de 776585 pessoas, o que representa 7,5% da população total residente no nosso país. Enquanto conclusão desta análise, podemos facilmente constatar que a região, entre 1991 e 2001, perdeu 5746 habitantes, o que corresponde a uma taxa de variação de menos 0,73%, contrastante com a média nacional, que registou uma variação positiva de 4,96%. Por sua vez, no que respeita à densidade populacional, nesta região, mencione-se que, segundo os censos de 2001, esta foi de 25 habitantes/ km<sup>2</sup>, posição que, uma vez mais, contradiz com a situação nacional (112 habitantes/ km<sup>2</sup>). No que respeita à população, de frisar, ainda, que a pirâmide etária do Alentejo revela um duplo envelhecimento demográfico, mais acentuado do que no resto do país, conjuntura que se agravou em consequência da diminuição da representatividade dos grupos mais jovens e do crescendo da representatividade dos grupos mais idosos.

Em suma, em 2001, a taxa de atividade aferida no Alentejo era inferior à média nacional em 2,7%, sendo de salientar que a mão de obra disponível para a atividade económica era inferior se comparada com as restantes regiões portuguesas. Para finalizar, de acrescentar que a taxa de desemprego, segundo esses dados, ascendeu a cerca de 8,4%, superando em 1,6% a média nacional.

Atualmente, a conjuntura económica de crise acentua o desemprego, sendo que Portugal atinge o 4º lugar na tabela dos países com maior índice de desemprego da União Europeia.

*“Pátria pequena, deixa-me dormir,  
Um momento que seja,  
No teu leito maior, térrea planura  
Onde cabe o meu corpo e o meu tormento.  
Nesta larga brancura  
De restolhos, de cal e solidão,  
E ao lado do sereno sofrimento  
Dum sobreiro a sangrar,  
Pode, talvez, um pobre coração  
Bater e ao mesmo tempo descansar...”*  
*Miguel Torga*

## 1.1. Fatores Estruturantes de Desenvolvimento

Como pudemos constatar anteriormente, o Alentejo vive, atualmente, uma situação complexa e desfavorável para todos aqueles que o habitam, uma vez que estamos perante uma região muito extensa, que sofre um acentuado declínio social e económico, o que vem sublinhar e comprovar o recuo demográfico vigente, o envelhecimento, a debilidade económica, o défice empresarial e a dependência desmedida relativamente ao investimento e ao emprego público. Assim sendo, trata-se de um resultado pouco favorável em que, quase sempre, a pequena escala se combina com a pouca diversidade institucional ou mesmo com a anomia da sociedade civil.

Com tudo isto, é fundamental que se desenvolvam linhas de ação que combatam esta realidade, o que se fará através da valorização dos nossos recursos, tais como: humanos, físicos, económicos, sociais, culturais e patrimoniais da região. Estas medidas são tão mais urgentes na nossa região, se pensarmos que se vive uma conjuntura elevada e persistente de desemprego, que agrava a situação de todos os habitantes da região.

Deste modo, o Objetivo Global do Plano Regional de Emprego para o Alentejo é: “Criar Emprego e Qualificar os Recursos Humanos. A falta de recursos humanos da região, quer no que se refere ao seu efetivo quer no que respeita à sua qualificação e situação perante o emprego, tem dado o seu contributo para a situação que se vive atualmente: debilidade de um sistema produtivo, com baixo grau de especialização, falta de dinamismo e de competitividade”.

Ora, para se ultrapassar estas problemáticas referentes aos recursos humanos, há a indispensabilidade de se proceder a distintas ações que sejam fator de promoção do emprego, de fixação de pessoas na região, de atração de jovens e adultos em idade laboral etc. Por seu lado, para diminuir os efeitos do desemprego estrutural e de longa duração, é importante que se tomem medidas intimamente ligadas à reinserção social e ao desenvolvimento do mercado social de emprego.

O investimento em capital humano é uma mais-valia e uma componente fundamental na educação, devendo repercutir-se nos distintos níveis de ensino, em especial no Ensino Profissional e no Ensino Superior. Para tal exigência, é fundamental a existência de uma política concertada de parcerias entre iniciativas de desenvolvimento local e estruturas a nível regional e nacional, onde se tenha em conta as várias modalidades de formação profissional, as diversificadas populações-alvo, as especificidades do território, as necessidades potenciais da procura, entre outros aspetos a salientar.

Chegados ao fim, em 2010, de um ciclo traçado pela Estratégia de Lisboa, que pretendia tornar a Europa numa economia baseada no conhecimento, através do reforço da coesão social e do emprego, atualmente, no contexto de crise mundial tornou-se necessário somar os progressos alcançados, corrigir os erros e adoptar um rumo que tenta conciliar elementos de continuidade com elementos de avanço e melhoria.

Desta feita, implementou-se, em 3 Março de 2010 a Estratégia Europa 2020, para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, ou seja, por crescimento inteligente entende-se desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação; o crescimento sustentável pressupõe promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e mais competitiva; e, por fim, um crescimento inclusivo, em que se deve favorecer uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão económica, social e territorial.

Com este intuito, é necessário que as entidades se envolvam, procedam à reflexão e debate em torno das competências no quadro dos desafios impostos pela globalização e pelo atual contexto de crise económica e financeira, uma temática que se revela crucial num tempo em que a promoção da empregabilidade e a adequação dos recursos às necessidades do mercado de trabalho são essenciais para a melhoria e promoção das economias europeias e para o crescimento preconizado pela Estratégia 2020.

Há que assinalar a centralidade que a educação reforça nesta nova estratégia, tendo-se estabelecido um grande objectivo específico para a educação que prevê que se devem melhorar os níveis de educação, particularmente através da redução do abandono escolar para menos de 10% e que pelo menos 40% de adultos entre os 30 e 34 anos que tenham completado o ensino superior ou equivalente, até 2020. No contexto destes grandes objectivos os Estados-membros deverão estabelecer as suas próprias metas, a definir no quadro de Programas de Reforma Nacionais.

Ainda no quadro da Estratégia Europa 2020 e da agenda europeia para a educação e o emprego, há a vontade expressa de aproximar a oferta de qualificações e competências nacionais às necessidades do mercado de trabalho. Conhecer e antecipar as dinâmicas de evolução dos sectores económicos e as necessidades das empresas e adequar o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e as respostas educativas e formativas, é condição fundamental para ajudar os jovens e os trabalhadores a adquirir melhores competências, melhorar as condições de trabalho e criar emprego.

É preciso consciencializar todas as pessoas de que, só após o conhecimento efetivo de cada região se torna possível usufruir dos recursos existentes e garantir uma melhor coordenação e corresponsabilização, respetivamente, das iniciativas e instituições públicas e privadas envolvidas.

Desta feita, em zonas em que os problemas de emprego e desemprego são mais significativos, como é o caso do Alentejo, é impreterível o predomínio de programas específicos de intervenção, pois só desta forma se conseguirá reverter a situação menos favorável que se faz sentir nesta região.

Para tal, é importante levar a cabo atuações concertadas que contribuam para a formação qualitativa dos jovens e adultos, por forma a evidenciar-se uma forte articulação entre a política de orientação Escolar e profissional, a oferta de Cursos e as necessidades atuais e potenciais da região. Essas necessidades regionais serão indeclináveis na escolha dos Cursos a ministrar numa Escola Profissional, de modo a, assim, poder

colmatar-se alguns dos défices respeitantes à formação técnica. Além disso, as entidades e empresas locais e regionais poderão possibilitar aos alunos a concretização da sua formação em contexto de trabalho (estágio) nesses espaços e o conseqüente crescimento e maturidade profissional dos discentes.

É imprescindível fomentar a Agenda para novas qualificações e novos empregos para modernizar os mercados de trabalho e capacitar as pessoas desenvolvendo as suas qualificações ao longo da vida, com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho e a estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura de mão-de-obra, nomeadamente através de uma maior mobilidade dos trabalhadores.

Assim, há que destacar a boa posição geográfica do Alentejo no âmbito da posição geoeconómica do país, fomentar o aproveitamento dos seus recursos naturais, de um modo justo e sustentável, bem como evidenciar a existência de um conjunto de infraestruturas básicas, que importa ampliar e consolidar de forma articulada, pois estes constituem-se como fatores estruturantes de um modelo que deverá potenciar regionalmente os projetos de dimensão nacional, como são o Aeroporto de Beja, o Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva, o Gás Natural, a Estrutura Portuária de Sines, o IP8, as infra estruturas rodo ferroviárias e o "Alentejo Digital".

Por seu lado, de referir o maior e mais desejado projeto de sempre: o Projeto de Alqueva. Foi, finalmente, no dia 8 de fevereiro de 2002 que se deram por encerradas as comportas da Barragem, dando-se início ao enchimento da albufeira de Alqueva, a qual criará um lago com 250 km<sup>2</sup> de superfície, 83 km de comprimento e cerca de 1100 km de margens. Com a implementação do plano de ordenamento, permitir-se-á disciplinar o desenvolvimento sustentável nas suas margens e uma utilização equilibrada do espelho de água. Este espelho de água da Albufeira de Alqueva terá uma extensão de 83 km e uma área total de 250 Km<sup>2</sup>, abrangendo diretamente os Concelhos de Portel, Mourão, Reguengos de Monsaraz, Alandroal, Moura, Évora e Elvas, e é uma aposta estratégica com indiscutível sucesso.

Com o fim de identificar e estabelecer medidas de política que sustentem o desenvolvimento da sua área de influência, em especial nas vertentes que recolhem impactos das infraestruturas ligadas ao projeto, a Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva (EDIA) decidiu promover o conhecimento e reflexão sobre alguns setores ou fileiras que possam sustentar uma valorização e diversificação da base económica regional.

As grandes linhas estratégicas da E.D.I.A. consistem em: "aprofundar o conhecimento e monitorizar os parâmetros relevantes para a caracterização da qualidade do ambiente; minimizar e/ou compensar os impactos negativos significativos e os irreversíveis; fomentar a preservação de zonas sensíveis representativas do ponto de vista ambiental; valorizar a gestão racional dos recursos hídricos e dinamizar as oportunidades ambientais".

Segundo o último estudo elaborado pela E.D.I.A., o Observatório d Emprego e Formação Profissional (DEFP) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (I.E.F.P.), atualmente, e até 2015, estão em curso ou planeados para o Alentejo, diversos investimentos e novas atividades que trarão grandes modificações para a nossa região, centrando-se estas alterações nos setores do transporte, da mobilidade, da logística, dos recursos hídricos e do ambiente. De salientar, ainda, alguns projetos intrinsecamente ligados ao turismo residencial e à hotelaria de luxo, à aeronáutica, à produção de biocombustíveis e à produção de energia solar fotovoltaica. O referido estudo procederá, também, à análise dos obstáculos que poderão surgir aquando da colocação em prática destas iniciativas.

Todos estes investimentos serão preponderantes para a nossa região, dinamizando-a, melhorando a condição de vida de todos os seus habitantes, levando outros a fixarem-se cá, etc. Por consequência, a formação profissional ficará a ganhar e poderá concertar políticas comuns com todas as empresas, numa troca de saberes, conhecimentos, técnica e experiência.

Relativamente a uma outra infra-estrutura que assume particular destaque no panorama regional e nacional, gerando algumas controvérsias, é o Aeroporto de Beja. O governo português pretende que este aeroporto promova a procura de companhias aéreas de low cost, visto que este aeroporto poderá beneficiar de taxas aeroportuárias significativamente baixas. É ainda de destacar o fato do aeroporto se localizar numa região, que se encontra a poucos quilómetros de Lisboa, do Algarve e dos empreendimentos turísticos e hoteleiros junto à Costa Vicentina e Barragem de Alqueva, bem como poderá aproximar Beja ao litoral, na medida em que, , foi adjudicado o novo troço da auto-estrada (A26), que une o porto de Sines a Beja, de forma a melhor rentabilizar o Aeroporto de Beja e a torná-lo mais competitivo.



## 1.2. Caracterização do Concelho de Vidigueira

*“A lua que te ilumina,  
Terra da cor dos olhos de quem olha!  
A paz que se adivinha  
Na tua solidão  
Que nenhuma mesquinha  
Condição  
Pode compreender e povoar!  
O mistério da tua imensidão  
Onde o tempo caminha  
Sem chegar!...”*  
*Miguel Torga*

A Vidigueira é uma vila portuguesa pertencente ao distrito de Beja, região do Alentejo e sub-região do Baixo Alentejo, com cerca de 3 000 habitantes. É sede de um município com 315,8 km<sup>2</sup> de área e 5 934 habitantes (dados preliminares dos Censos 2011), subdividido em 4 freguesias: Vidigueira, Vila de Frades, Selmes e Pedrógão. Possui, também, dois lugares: Alcaria da Serra e Marmelar. O município é limitado a norte pelo município de Portel, a leste por Moura, a sueste por Serpa, a sul por Beja e a oeste por Cuba. O concelho de Vidigueira situa-se na parte setentrional do distrito de Beja, ao qual pertence, a norte do Baixo Alentejo. É atravessado por um dos principais eixos rodoviários nacionais, o IP 2, e fica situado a 56 Km de Évora e 24 Km da capital de distrito. Situa-se numa região de baixa densidade populacional, onde predomina o povoamento de tipo concentrado, com grandes extensões de terra não compartimentada e pouco povoada.

O fenómeno da ruralidade é marcante nesta região, uma vez que, de acordo com a tipologia de áreas urbanas (INE, 1999), as freguesias deste Concelho, com exceção da freguesia de Vidigueira, que se trata de uma área medianamente urbana, são classificadas como áreas predominantemente rurais.

Ao verificar-se a densidade populacional, através dos dados preliminares dos Censos 2011, é possível deduzir-se que o concelho possui 5 934 habitantes. O Pedrógão possui 1 214 habitantes, Selmes 1 009, Vidigueira 2 973 e Vila de Frades 992 habitantes. Deste modo, verifica-se que a densidade populacional é de cerca de 20 hab/km<sup>2</sup>, o que constitui uma densidade francamente inferior à média nacional, que em nada foge àquilo que se passa no Baixo Alentejo, onde, em 2011, se contavam cerca de 758 738 habitantes, numa área de 8 505 Km<sup>2</sup>. Em síntese, estamos perante um concelho pautado pela baixa densidade populacional e, conseqüentemente, por uma diminuição da população desde 1960, condição que também é visível nos concelhos confinantes.

Nos últimos quarenta anos, a variação populacional atingiu os 41,6%, tendo, assim, o concelho visto o seu número de habitantes diminuído em cerca de 4406 habitantes, valor extremamente significativo. Por contrapartida, acresce-se que, entre 1991 e 2001, se notou uma perda menos acentuada do que nos anos

anteriores, registando-se, unicamente, uma variação de 1,9%, que corresponde a um decréscimo de 117 habitantes.

Note-se, por seu lado, que este concelho apresenta uma densidade populacional semelhante à média do Alentejo, sendo verificável a concentração da população na sede do Concelho, no qual, em 2001, residia cerca de 48% da sua população.

No que concerne à distribuição da população pelos diversos grupos etários, de referir o progressivo envelhecimento da população residente, uma vez que, de um total de 6188 habitantes, 908 (14,6%) situam-se na faixa etária compreendida entre os 0 e os 14 anos; 3678 (59,3%), entre os 15 e os 64; 1613 (26,0%) com idade igual ou superior a 65 anos.

Acrescente-se, neste ponto, um elevado grau de envelhecimento da população, o que se reflete no decréscimo do número de jovens e no aumento acentuado do número de idosos, tornando este concelho num dos que apresenta uma das populações mais envelhecidas da região alentejana e, conseqüentemente, estruturalmente desequilibrada.

Esta problemática deriva de distintos aspetos, tais como: a diminuição da taxa de natalidade e a constante saída de população, sobretudo jovem e ativa, para as grandes metrópoles e o estrangeiro. Apesar de todos os esforços envidados para reverter esta situação, note-se que esta tendência se acentuou historicamente nas últimas décadas.

Relativamente ao nível de instrução da população, é evidente que, nos últimos anos, se tem assistido a um aumento do nível de Escolaridade, ainda que exista uma taxa de analfabetismo de 19,5%, em Vidigueira, enquanto, no Baixo Alentejo, a percentagem é de 18,2% e na região Alentejana de 17,1%. Assim, podemos ainda afirmar que a população residente sem instrução, em 1991, era de 28,7%, e, em 2001, de 22,8%, o que comprova a diminuição da taxa de analfabetismo.

Procedendo à análise da taxa de analfabetismo da população, de mencionar que o analfabetismo de crianças com idade igual ou superior a 10 anos é um pouco mais notório do que o que se verifica no concelho e na região alentejana. Por sua vez, segundo os Censos de 2001, apenas 7,2% dos jovens com idade superior a 15 prosseguiu estudos, frequentando o Ensino Secundário e/ou Superior.

No que se refere aos discentes pertencentes ao ensino do 3º ciclo do Ensino Básico, de salientar uma evolução positiva, embora os valores apresentados se encontrem abaixo da média, se comparados com o Alentejo. Desta forma, em 2001, 23,4% da população com idade igual ou superior a 15 anos tinha concluído o 3º ciclo do Ensino Básico, tendo obtido aprovação.

Concernente aos estudos da população residente, de frisar que 5,9% frequenta ou concluiu um Curso de Ensino Médio ou Superior; 10,4% da população frequenta ou possui o Ensino Secundário e 60,9% o Ensino Básico, que se encontra subdividido em: 39,0% no 1º, 11,6% no 2º e 10,3% no 3º Ciclo.

No que respeita à produção, no concelho de Vidigueira sobressaem três zonas distintas, sendo que, no norte do concelho, os declives e os solos existentes permitem, exclusivamente, atividades florestais, complementadas com sistemas de pastoreio muito extensivos. Nesta zona incluem-se, também, os solos existentes na margem direita do Guadiana, que, devido às suas características e declives, são funcionais, especialmente, para as atividades agrícolas.

A segunda zona caracteriza-se pela existência de um microclima, em que o tipo de exploração agrícola é, maioritariamente, o da pequena propriedade do tipo familiar.

A terceira zona e última zona, situada na parte sul e sudeste do Concelho de Vidigueira, é caracterizada pelas suas aptidões cerealíferas, obtendo-se produtividades muito superiores à média nacional. Nesta zona, a propriedade apresenta grandes dimensões, sendo, sobretudo, de caráter patronal.

A agricultura continua a assumir uma posição de privilégio, sendo esta região remarcada pela sua zona vinícola, situação que assume uma posição muito favorável no que respeita à vida social, económica e cultural dos seus populares. Adicione-se que a vinha, apesar de não ocupar uma área muito extensa, é uma cultura importante que contribui para que este concelho se encontre integrado numa Denominação de Origem de Produção de Vinhos de Qualidade. O olival assume, ainda, uma posição de destaque no Concelho, pois ocupa uma grande área na superfície agrícola utilizada (SAU).

A agricultura do Concelho de Vidigueira é bem representativa da agricultura alentejana tradicional, sendo de valorizar as suas culturas principais, que são: o trigo mole, o olival, o girassol, a cevada, a vinha, os citrinos e os produtos hortofrutícolas.

Por sua vez, de explicar que, nas grandes explorações, predominam sistemas extensivos de produção, nomeadamente os cereais e, em menor grau, as forragens, sendo as culturas permanentes, excetuando a área de olival, predominantes nas pequenas explorações.

No que concerne à mão de obra utilizada, clarifique-se que esta varia de acordo com o sistema de exploração, ou seja, consoante se trate de grandes, médias ou de pequenas explorações. A mão de obra aqui utilizada é a familiar, que simboliza um valor bastante superior do total do trabalho agrícola quando comparado com a atividade dos assalariados permanentes.

A repartição das diferentes culturas pelas freguesias não é uniforme, sendo predominantes as culturas temporárias (cereais e oleaginosas), forrageiras e culturas permanentes (olival) em Selmes e Pedrógão; nas freguesias de Vila de Frades e Vidigueira são mais significantes as culturas permanentes (pomar e vinha), ainda que, também, sejam verificáveis nessas localidades as culturas já apontadas anteriormente.

Relativamente à estrutura fundiária, de salientar que se está diante de uma zona típica de latifúndio, na qual as pequenas explorações detêm maior representatividade (cerca de 80%), embora ocupando uma área agrícola de apenas 7%. Por sua vez, a grande propriedade, com um reduzido número de explorações (cerca de

6%), ocupa perto de 80% da referida área, encontrando-se a propriedade mais dividida nas freguesias de Vila de Frades e Vidigueira.

Nas atividades relacionadas com a pecuária, de destacar a importância das ovelhas e dos bovinos de carne. Os montados de sobre e de azinho são, também, de extrema importância, pois, utilizam, como produtos base, a cortiça e os produtos de carne e leite, resultantes do pastoreio de gado bovino, suíno, ovino e caprino.

Existem ainda outros elementos de elevado valor no Concelho de Vidigueira, nomeadamente, no que se refere à atividade cinegética, à apicultura, à madeira de azinho, à apanha de cogumelos, à produção de carvão, à recolha de ervas aromáticas, entre outros itens.

No que se refere à taxa de empregabilidade, confirme-se que o setor terciário detém uma percentagem maior, enquanto o setor primário representa um quarto do emprego no concelho (26%) e o setor secundário assume um peso de 21%. Em conclusão, e segundo os dados possuídos, desde 1960, deu-se um aumento das taxas de desemprego, agravando-se francamente a situação na última década.

Assim, em 2001, a Vidigueira registava 2414 ativos, cerca de 39% da população residente. Por oposição, havia cerca de 200 desempregados, dos quais 119 eram mulheres, o que representa uma taxa de 8,4%, valor inferior à média do Baixo Alentejo (11,5%) e do Alentejo (8,6%).

Por fim, de referenciar o património histórico do Concelho de Vidigueira, de onde se destaca, entre outros, o Castelo, as Ermidas, a Igreja da Misericórdia (com os painéis de azulejos de António Pereira), a Igreja de S. Francisco e a *Villa Romana* de S. Cucufate.

## 2. Escolas Profissionais

As Escolas Profissionais criadas pelo D.L. n.º 26/89 de 21 de janeiro, com a alteração do D.L. n.º 70/93 de 10 de março, são uma das modalidades consagradas na Lei de Bases do Sistema Educativo e visam a formação de técnicos intermédios.

As Escolas profissionais gozam de autonomia administrativa, financeira e pedagógica e são criadas segundo um regime de contrato-programa com o Estado e mediante a celebração de protocolos que asseguram a colaboração entre as diversas entidades promotoras, que podem ser autarquias, cooperativas, empresas, sindicatos, associações e outros.

Segundo o Artigo 4.º, do D. L. n.º 70/93 de 10 de março são atribuições das Escolas Profissionais:

- a) Contribuir para a formação integral dos jovens, proporcionando-lhes, designadamente, preparação adequada para um exercício profissional qualificado;
- b) Desenvolver, através de modalidades alternativas às do ensino regular, os mecanismos de aproximação entre a Escola e o mundo do trabalho;
- c) Facultar aos alunos contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional, preparando-os para uma adequada inserção socioprofissional;
- d) Promover, conjuntamente com outros agentes e instituições locais, a concretização de um projeto de formação de recursos humanos qualificados que responda às necessidades do desenvolvimento integrado do país, particularmente no âmbito regional e local;
- e) Facultar aos alunos uma sólida formação geral, científica e tecnológica, capaz de os preparar tanto para o ingresso na vida ativa como para o prosseguimento de estudos.

Apesar de o nosso Projeto Educativo se ter pautado, ao longo destes anos letivos, por distintas temáticas, há objetivos que são inerentes e transversais a todos, uma vez que a nossa Escola tem sempre como finalidade inculcar o espírito de equipa, iniciativa, autonomia e responsabilidade. De acrescentar, ainda, uma faceta mais criativa, empreendedora e inovadora, através do incentivo e da aquisição e promoção de mecanismos que permitam aos alunos a inserção na vida ativa e/ou a criação do seu próprio emprego.

Desta feita, as Escolas Profissionais oferecem uma escolha formativa diversificada centrada nos seus Projetos Educativos, valorizando os recursos humanos e contribuindo para a modernização empresarial na região.

Os principais objetivos das Escolas Profissionais são os que a seguir se apresentam:

- Dotar o país dos recursos humanos de que necessita, numa perspetiva de modernização e de desenvolvimento económico, cultural e social, a nível nacional e aos níveis local e regional;

- Proporcionar novas oportunidades de formação e realização pessoal e social aos jovens que tenham concluído a sua Escolaridade básica, desenvolvendo uma política de redução progressiva das desigualdades de oportunidades;

- Racionalizar os recursos existentes a nível local, regional e também os recursos disponíveis em antigos departamentos do Estado;

- Facultar aos alunos contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional, preparando-os para uma adequada inserção socioprofissional.

### **3. Caracterização da Escola**

A Escola Profissional Fialho de Almeida existe desde 1991 e nasceu de um contrato-programa entre o Ministério da Educação e as Câmaras Municipais de Vidigueira e Cuba. Nesse mesmo ano letivo (1991/92) funcionaram os primeiros Cursos que foram aprovados: Curso de Desenhadores Projetistas (nível 3) e Curso de Operador de Eletricidade (nível 2).

A Escola Profissional Fialho de Almeida é um estabelecimento de ensino profissional, de natureza privada, de que é proprietária o Centro de Estudos e Formação Aquiles Estação, Lda., instituição sem fins lucrativos.

No desempenho da sua atividade a E.P.F.A. está sujeita à tutela científica, pedagógica e funcional do Ministério da Educação.

A Escola Profissional Fialho de Almeida foi criada na sequência do Decreto-lei 26/89 de 21 de janeiro e veio ao encontro de uma necessidade que o Projeto Educativo original da E.P.F.A. justificava com três objetivos fundamentais:

- 1º - Proporcionar novas oportunidades de formação e de realização pessoal e social aos jovens que tenham terminado a sua Escolaridade básica;
- 2º - Dotar a região de recursos humanos de que necessita, numa perspetiva de modernização e de desenvolvimento económico, cultural e social;
- 3º - Facultar aos jovens uma relação de experiências com o mundo do trabalho e novas tecnologias, preparando-os para uma adequada inserção socioprofissional, em cooperação com os meios empresariais da região.

A EPFA tem como objetivos a promoção de atividades com vista ao ensino, à investigação e à difusão de conhecimentos, enquanto centro de formação técnico profissional, cabendo-lhe ministrar a preparação adequada para o exercício de atividades profissionais qualificadas, devendo também contribuir para a melhoria do nível cultural e educacional da população e para o desenvolvimento da região em que se insere. Para a prossecução dos seus objetivos, são atribuições da EPFA:

- a) Ministrar o ensino técnico profissional, emitir certificados e atribuir diplomas nos termos que lhe estão ou venham a estar autorizados pelo Ministério de Educação;
- b) Promover e desenvolver a formação humana nos seus aspetos cultural, científico, técnico e profissional;
- c) Contribuir para a formação integral dos jovens, proporcionando-lhes, designadamente, preparação adequada para um exercício profissional qualificado;
- d) Desenvolver mecanismos de aproximação entre a escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais, do respetivo tecido social;

- e) Facultar aos alunos contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional, preparando-os para uma adequada inserção socioprofissional;
- f) Promover, conjuntamente, com outras instituições locais, a concentração de um projeto de formação de recursos humanos qualificados que responda às necessidades do desenvolvimento integrado do País, particularmente nos âmbitos regional e local;
- g) Facultar aos alunos uma sólida formação geral, científica, e tecnológica, capaz de os preparar para a vida ativa e para o prosseguimento de estudos;
- h) Prestar serviços à comunidade no âmbito das áreas científicas e tecnológicas em que exerce a sua atividade, numa perspetiva de valorização recíproca;
- i) Promover e dinamizar contactos a nível pedagógico, técnico, científico e cultural em e com instituições nacionais ou internacionais;
- j) Organizar ou cooperar em atividades de extensão educativa, cultural e técnica;
- k) Acompanhar a situação dos alunos, após a sua inserção no mercado de trabalho, em cooperação com a instituição onde, como profissionais, exerçam as suas funções.

Para a realização dos seus objetivos a EPFA estabelece formas de colaboração, associação ou participação, ou ainda celebra acordos de cooperação com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais que prossigam os mesmos fins.

A EPFA assegurará, na sua atividade, as condições necessárias a uma adequada inovação pedagógica, científica e tecnológica, bem como apoiará e promoverá as ações que permitam uma eficaz inserção dos seus diplomados no mercado do trabalho, bem como deverá estimular o envolvimento de todos os corpos – docente, discente, técnico administrativo e auxiliar – nas suas atividades.

No presente ano letivo, a EPFA transferiu-se para novas instalações, cedidas pela Câmara Municipal de Vidigueira, e funciona na Estrada da Circunvalação, em Vidigueira, nas antigas instalações do Agrupamento de Escolas de Vidigueira. Está, assim, integrada no parque escolar da vila de Vidigueira, beneficiando de uma localização estratégica, pela proximidade ao terminal rodoviário, ao pavilhão gimnodesportivo e às piscinas municipais.

O edifício possui uma área de construção de 2960 m<sup>2</sup>, sendo definido por dois corpos, com acessos independentes, interligados por um passadiço superior, albergando o principal, os espaços comuns, entre estes, refeitório, sala de convívio, serviços administrativos, direção, sala de professores, reprografia, bem como, áreas técnicas de apoio ao funcionamento letivo, nomeadamente, laboratório químico, sala de estudo, oficinas de informática, multimédia e audiovisual, complementando, assim, as dez salas de aula existentes, referente à ocupação atual. Encontram-se, ainda, gabinetes de apoio, sala polivalente e cinco salas de aula, disponíveis para outras formações ou projetos a levar a cabo na nossa Escola.





Imagem 1: Fachada da E.P.F.A. em Vidigueira

Desde a sua formação que esta Escola se tem pautado por um papel de extrema importância no desenvolvimento do Concelho de Vidigueira e região envolvente, na medida em que cria vários postos de trabalho e forma jovens em distintas áreas Técnico-profissionais, estabelecendo, ainda, parcerias e protocolos com diversas instituições e fomentando a educação e a formação de muitos jovens que, sem esta possibilidade, ver-se-iam obrigados a deixar de frequentar o sistema de ensino sem uma adequada preparação para a vida profissional.

Na sua autonomia científico-pedagógica, este Estabelecimento de Ensino tem vindo a criar Cursos e diversas atividades e projetos em resposta a necessidades de formação devidamente identificadas, após aprovação ou reconhecimento pela tutela. Além disso, possibilita um quadro de estudos e de referência alargado e adaptado ao fenómeno da institucionalização e da globalização económica e dos mercados.

**A Escola está capacitada para lecionar Cursos de Nível IV e Cursos de Educação/Formação, nas seguintes áreas de formação:**

- Protecção do Ambiente: Gestão do Ambiente;
- Gestão e Administração: Gestão;
- Comércio;
- Eletricidade e Energia;
- Trabalho Social e Orientação: Animação Sociocultural; Apoio Psicossocial;
- Audiovisuais e Produção dos Media: Artes Gráficas; Audiovisual; Multimédia.

- Proteção de Pessoas e Bens: Proteção Civil.
- Marketing e Publicidade: Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade;

#### Organização de Eventos;

- Turismo e Lazer;
- Ciências Informáticas;
- Indústrias Alimentares: Viticultura e Enologia;
- Massagista de Estética;

Os **Cursos de Nível IV** lecionados têm a duração de três anos letivos, cujo acesso se faz após a conclusão do 9.º ano de Escolaridade, conferindo o grau de Curso de Nível IV da União Europeia e equivalência ao 12º ano. Os alunos poderão, então, integrar imediatamente o mercado de trabalho ou, se o pretenderem, prosseguir estudos superiores mediante a realização dos exames nacionais requeridos.

Relativamente aos **Cursos de Nível IV** estão aditados os seguintes:

#### **Em Vidigueira:**

- Desenhador Projetista;
- Técnico de Gestão de Ambiente;
- Técnico de Turismo Ambiental e Rural;
- Técnico de Gestão Autárquica;
- Animador Sociocultural/Desporto;
- Animador Sociocultural;
- Técnico de Artes Gráficas;
- Técnico de Sistemas de Informação;
- Técnico de Viticultura e Enologia;
- Técnico de Turismo;
- Técnico de Gestão;
- Técnico de Apoio Psicossocial;
- Técnico de Comércio;
- Técnico de Instalações Elétricas;
- Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade;
- Técnico de Multimédia;
- Técnico de Organização de Eventos;
- Técnico de Audiovisuais.

**Cursos Aditados para o antigo Pólo de Cuba:**

- Técnico de Eletrónica/Comando;
- Técnico de Eletrónica e Telecomunicações;
- Técnico de Manutenção Eletromecânica;
- Técnico de Manutenção Industrial Eletromecânica;
- Técnico de Fotografia;
- Técnico de Design;
- Técnico de Gás;
- Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos;
- Técnico de Apoio à Infância.

Os **Cursos de Educação/Formação** iniciaram-se na nossa Escola no ano letivo de 2006/2007, com a finalidade de acrescentar qualidade à educação básica e secundária e expandir e diversificar a formação inicial dos jovens, no grupo etário situado entre os 15 os 25 anos. Com estes cursos que, nos últimos anos, não têm sido lecionados, almejava-se proporcionar aos jovens um conjunto de ofertas diferenciadas, sustentadas num processo de orientação individualizado, sistemático e consistente, que promovessem o sucesso educativo e eliminassem o abandono Escolar, assegurando, a par do cumprimento da Escolaridade obrigatória, a aquisição de formação qualificante devidamente certificada. A Escola tem tido sempre presente a imperiosidade de criar uma alternativa de formação e qualificação inicial, designadamente, para os jovens que possuam o 6º ano de escolaridade, 7º ou frequência do 8º ano, no caso dos Cursos de Nível II, tipo 2 e frequência do 8.ºano de Escolaridade ou frequência do 9.º ano relativo aos cursos de Nível II tipo 3. Estes cursos conferem o 9º ano de escolaridade e uma formação profissional de Nível II.

Como tal, esta Instituição está creditada para lecionar os seguintes cursos de Educação/Formação de Nível II, tipo 2, tendo lecionado cursos como: Curso de Agente de Ação Educativa; Curso de Instalação e Operação de Sistemas Informáticos; Curso de Massagista de Estética, e o Curso de Práticas Técnico-Comerciais.

Além disso, possui autorização de funcionamento do Curso de Formação Complementar na área de Massagista Estética, para alunos titulares de um curso de tipo 2 ou 3 ou de um curso de qualificação inicial de nível II e o 9º ano de escolaridade, que desejem continuar a sua formação. Este corresponde a um ano de formação complementar, permitindo a obtenção de um Certificado de Competências Escolares, que equivale ao

10º ano de escolaridade, com possibilidade de prosseguir estudos nos anos posteriores, no mesmo nível de formação.

A Escola está, também, creditada para lecionar cursos de Educação/Formação, tipo 5, destinados a alunos com o 10º ano de um curso do ensino secundário ou equivalente, ou frequência do 11º ano, sem aproveitamento, ou titular de percurso tipo 4, ou 10º ano profissionalizante, ou curso de qualificação inicial de Nível III com curso de formação complementar. Estes cursos têm a duração de dois anos e conferem equivalência ao Ensino Secundário (12º ano) e uma qualificação de nível 3.

A EPFA tem, igualmente, autorização de funcionamento para Cursos de Nível V, que correspondem a Cursos de Especialização Tecnológica, sendo que o objetivo inicial da Escola Profissional Fialho de Almeida aquando da elaboração das candidaturas dos mesmos foi apostar numa intervenção clara e eficaz adaptada às exigências do mundo empresarial, em particular pela exploração de oportunidades relacionadas com necessidades ainda não satisfeitas pelo mercado. Desta forma, pensou-se em valorizar o que há de mais importante na região, os recursos humanos, tentando criar cursos de áreas que sejam uma mais-valia para o desenvolvimento local e regional, num enquadramento mais global.

No ano letivo de 2004/2005, na Escola Profissional Fialho de Almeida lecionou-se um Curso de Nível V, nomeadamente o Curso de Especialização Tecnológica de Aplicações Informáticas de Gestão (pós – laboral), que teve como base a celebração de um Protocolo de Cooperação entre a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (E.S.T.I.G.) e a Escola Profissional Fialho de Almeida. Após a conclusão do Curso de Nível V, aos formandos foi atribuído um diploma de especialização tecnológica (D.E.T.), uma qualificação profissional de nível V e a possibilidade de prosseguirem estudos superiores na ESTIG, nomeadamente no Curso de Informática de Gestão.

Ainda no ano lectivo de 2011/12, a EPFA aposta numa formação complementar, nomeadamente através de uma candidatura que efetuou para Capitalização das formações de curta duração, realizadas no quadro de um determinado percurso formativo, com vista à obtenção de uma qualificação correspondente a uma determinada saída profissional, através da lecionação de Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD).

Este projeto das UFCD, inovador no concelho, surge numa região marcada por taxas de desemprego de longa duração elevadas, em que as pessoas (adultos), muitas vezes, afastadas do mercado de trabalho por um período de tempo, acabam por perder hábitos regulares de trabalho e a conseqüente descapitalização dos conhecimentos, saberes e competências. É, pelo exposto, premente a capacitação de um público activo com níveis de escolarização e, conseqüentemente, de literacia mais elevados que permitam mais eficazmente desenvolver as aptidões profissionais, garantindo o domínio de áreas profissionais específicas no contexto local e regional, numa perspectiva assertiva face às necessidades do tecido empresarial regional.

Assim, alicerçando-se numa colaboração com as entidades de relevo na região, ao longo dos seus anos de existência, a EPFA dirige a sua oferta formativa das UFCD em áreas estruturantes de um

desenvolvimento sustentado e no sentido da valorização dos produtos e recursos endógenos, entre as quais a intervenção social, a protecção de bens e pessoas, a protecção ambiental, as novas tecnologias e a promoção turística.

Em conclusão, no que se refere à concepção de ensino, que está subjacente à elaboração dos vários planos curriculares e à leccionação das várias disciplinas/áreas, a E.P.F.A. tem como objetivo fundamental a adoção de uma filosofia de ensino que proporcione as ferramentas necessárias para um futuro profissional de mérito, em que se dê enfoque às competências, às atitudes e às capacidades técnicas, tecnológicas e práticas adquiridas durante todo o percurso formativo.

#### 4. Cursos Ministrados na EPFA e Respetivos Planos Curriculares

No ano lectivo 2011/12 funcionam nove Cursos de Nível IV:

▪ Animador Sociocultural	2010/11/12/13
▪ Técnico de Artes Gráficas	2011/12/13/14
▪ Técnico de Apoio Psicossocial	2009/10/11/12 2011/12/13/14
▪ Técnico de Multimédia	2009/10/11/12
▪ Técnico de Proteção Civil	2009/10/11/12
▪ Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade	2009/10/11/12
▪ Técnico de Organização de Eventos	2010/11/12/13
▪ Técnico de Audiovisuais	2010/11/12/13

Apresentam-se, em seguida, os **Planos Curriculares dos Cursos de Nível IV**, ministrados no ano letivo 2010/11:

**Curso: Profissional de Técnico de Animador Sociocultural**

Ciclo de Formação 2010/2013

Portaria nº 1280/2006 de 21 de novembro

	Disciplinas	Cargas Horárias Anuais				
		1º (10º)	2º (11º)	3º (12º)	TOTAL	
<b>Componentes de Formação</b>	Português	105	109	106	320	
	Inglês	100	72	48	220	
	Área de Integração	74	73	73	220	
	Tecnologias da Informação e Comunicação	100	---	---	100	
	Educação física	47	47	46	140	
	<b>Científica</b>	Psicologia	67	64	69	200
		Sociologia	67	69	64	200
		Matemática	100	---	---	100
	<b>Técnica</b>	Área de Expressões (Corporal, Dramática, Musical e Plástica)	153	165	162	480
		Área de Estudo da Comunidade	120	120	111	351
		Animação Sociocultural	141	108	100	349
		Formação em Contexto de Trabalho	---	210	210	420
		<b>Total Horas / Curso</b>	<b>1074</b>	<b>1037</b>	<b>989</b>	<b>3100</b>

**Curso: Profissional de Técnico de Artes Gráficas**

Ciclo de Formação 2011/2014

Portaria nº 1282/2006 de 21 de novembro

		Disciplinas	Cargas Horárias Anuais			
			1º (10º)	2º (11º)	3º (12º)	TOTAL
<b>Componentes de Formação</b>	<b>Sociocultural</b>	Português	105	109	106	320
		Língua Estrangeira (Inglês/Espanhol)	100	72	48	220
		Área de Integração	74	73	73	220
		Tecnologias da Informação e Comunicação	100	----	----	100
		Educação Física	47	47	46	140
	<b>Científica</b>	História da Cultura e das Artes	54	60	86	200
		Matemática	100	----	----	100
		Física e Química	100	45	55	200
	<b>Técnica</b>	Desenho e Comunicação Visual	60	50	50	160
		Design Gráfico	80	80	80	240
		Oficina Gráfica	151	144	155	450
		Edição Eletrónica	117	105	108	330
		Formação em Contexto de Trabalho	----	210	210	420
	<b>Total Horas / Curso</b>		<b>1088</b>	<b>995</b>	<b>1017</b>	<b>3100</b>



**Curso: Profissional de Técnico de Apoio Psicossocial**

Ciclo de Formação 2009/2012

Portaria n.º1285/2006, de 21 de novembro

		Disciplinas	Cargas Horárias Anuais			
			1º (10º)	2º (11º)	3º (12º)	TOTAL
<b>Componentes de Formação</b>	<b>Sociocultural</b>	Português	110	110	100	320
		Língua Estrangeira (Inglês/Francês)	80	80	60	220
		Área de Integração	74	73	73	220
		Tecnologias da Informação e Comunicação	100	----	----	100
		Educação Física	51	51	38	140
	<b>Científica</b>	Psicologia	50	50	100	200
		Sociologia	100	100	----	200
		Matemática	100	----	----	100
	<b>Técnica</b>	Área de Expressões (corporal, dramática, musical e plástica)	160	160	160	480
		Comunicação e Intervenção Social	100	100	100	300
		Animação Sociocultural	90	70	60	220
		Psicopatologia Geral	62	60	58	180
		Formação em Contexto de Trabalho	----	210	210	420
	<b>Total Horas / Curso</b>		<b>1077</b>	<b>1064</b>	<b>959</b>	<b>3100</b>

**Curso: Profissional de Técnico de Apoio Psicossocial**

Ciclo de Formação 2011/2014

Portaria n.º1285/2006, de 21 de novembro

		Disciplinas	Cargas Horárias Anuais			
			1º (10º)	2º (11º)	3º (12º)	TOTAL
<b>Componentes de Formação</b>	<b>Sociocultural</b>	Português	105	109	106	320
		Língua Estrangeira (Inglês/Francês)	76	72	72	220
		Área de Integração	74	73	73	220
		Tecnologias da Informação e Comunicação	100	----	---	100
		Educação Física	51	51	38	140
	<b>Científica</b>	Psicologia	75	65	60	200
		Sociologia	68	69	63	200
		Matemática	100	----	----	100
	<b>Técnica</b>	Área de Expressões (corporal, dramática, musical e plástica)	160	160	160	480
		Comunicação e Intervenção Social	100	100	100	300
		Animação Sociocultural	90	70	60	220
		Psicopatologia Geral	62	60	58	180
		Formação em Contexto de Trabalho	----	210	210	420
	<b>Total Horas / Curso</b>		<b>1061</b>	<b>1039</b>	<b>1000</b>	<b>3100</b>

**Curso: Profissional de Técnico de Multimédia**

Ciclo de Formação 2009/2012

Portaria n.º 1315/2006, de 23 de novembro

		Disciplinas	Cargas Horárias Anuais			
			1º (10º)	2º (11º)	3º (12º)	TOTAL
<b>Componentes de Formação</b>	<b>Sociocultural</b>	Português	110	110	100	320
		Língua Estrangeira (Inglês/Francês)	80	80	60	220
		Área de Integração	74	73	73	220
		Tecnologias da Informação e Comunicação	100	----	----	100
		Educação Física	51	51	38	140
	<b>Científica</b>	Matemática	100	100	----	200
		Física	60	40	----	100
		História da Cultura e das Artes	96	104	----	200
	<b>Técnica</b>	Sistemas de Informação	81	60	69	210
		Design, Com. e Audiovisuais	150	60	140	350
		Técnicas de Multimédia	180	156	144	480
		Projeto e Produção Multimédia	----	30	110	140
		Formação em Contexto de Trabalho	----	210	210	420
	<b>Total Horas / Curso</b>		<b>1082</b>	<b>1074</b>	<b>944</b>	<b>3100</b>

**Curso: Profissional de Técnico de Proteção Civil**

Ciclo de Formação 2009/2012

Portaria n.º 905/2005 de 26 de setembro

		Disciplinas	Cargas Horárias Anuais			
			1º (10º)	2º (11º)	3º (12º)	TOTAL
<b>Componentes de Formação</b>	<b>Sociocultural</b>	Português	110	110	100	320
		Língua Estrangeira (Inglês/Francês)	80	80	60	220
		Área de Integração	74	73	73	220
		Tecnologias da Informação e Comunicação	100	----	----	100
		Educação Física	51	51	38	140
	<b>Científica</b>	Matemática	100	100	----	200
		Física e Química	50	50	50	150
		Biologia e Geologia	100	50	----	150
	<b>Técnica</b>	Organização, Gestão e Planeamento	120	150	105	375
		Tecnologias e Processos	150	150	200	500
		Meio Ambiente e Proteção Civil	67	90	73	230
		Relações Públicas	75	----	----	75
		Formação em Cont de Trabalho	----	210	210	420
	<b>Total Horas / Curso</b>		<b>1077</b>	<b>1114</b>	<b>909</b>	<b>3100</b>

**Curso: Profissional de Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade**

Ciclo de Formação 2009/2012

Portaria nº1286/2006 de 21 de novembro

		Disciplinas	Cargas Horárias Anuais			
			1ª (10ª)	2ª (11ª)	3ª (12ª)	TOTAL
<b>Componentes de Formação</b>	<b>Sociocultural</b>	Português	110	110	100	320
		Língua Estrangeira (Inglês/Francês)	80	80	60	220
		Área de Integração	74	73	73	220
		Tecnologias da Infor. e Com.	100	----	----	100
		Educação Física	51	51	38	140
	<b>Científica</b>	Psicologia e Sociologia	120	80	----	200
		História da Cultura das Artes	100	100	----	200
		Matemática	-----	-----	100	100
	<b>Técnica</b>	Marketing	90	90	90	270
		Comunicação Publicitária e Criatividade	60	66	114	240
		Técnicas e Práticas de Comunicação e Relações Públicas	58	102	80	240
		Comunicação Gráfica e Audiovisual	132	102	196	430
		Formação em Contexto de Trabalho	----	210	210	420
	<b>Total Horas / Curso</b>		<b>1075</b>	<b>1064</b>	<b>961</b>	<b>3100</b>

**Curso: Profissional de Técnico de Organização de Eventos**

Ciclo de Formação 2010/2013

Portaria n.º 994/2007 de 28 de agosto

		Disciplinas	Cargas Horárias Anuais			
			1º (10º)	2º (11º)	3º (12º)	TOTAL
<b>Componentes de Formação</b>	<b>Sociocultural</b>	Português	105	109	106	320
		Língua Estrangeira (Inglês/Francês)	76	72	72	220
		Área de Integração	74	73	73	220
		Tecnologias da Informação e Comunicação	100	----	----	100
		Educação Física	51	51	38	140
	<b>Científica</b>	Psicologia e Sociologia	90	110	----	200
		Economia	75	72	53	200
		Matemática	100	-----	-----	100
	<b>Técnica</b>	Gestão e Produção de Eventos	175	150	125	450
		Marketing e Comunicação	75	75	50	200
		Produção Técnica de Eventos	150	100	100	350
		Criatividade e Metodologias	50	75	55	180
		Formação em Contexto de Trabalho	----	210	210	420
	<b>Total Horas / Curso</b>		<b>1121</b>	<b>1097</b>	<b>882</b>	<b>3100</b>

**Curso: Profissional de Técnico de Audiovisuais**

Ciclo de Formação 2010/2013

Portaria n.º 1299/2006 de 22 de novembro

		Disciplinas	Cargas Horárias Anuais			
			1º (10º)	2º (11º)	3º (12º)	TOTAL
<b>Componentes de Formação</b>	<b>Sociocultural</b>	Português	105	109	106	320
		Língua Estran. (Inglês/Espanhol)	76	72	72	220
		Área de Integração	74	73	73	220
		Tecnologias da Informação e Comunicação	100	---	---	100
		Educação Física	51	51	38	140
	<b>Científica</b>	Matemática	100	100	---	200
		Física	60	40	---	100
		História da Cultura e das Artes	96	104	---	200
	<b>Técnica</b>	Técnicas Audiovisuais	219	252	229	700
		Comunicação Visual	100	---	---	100
		Sistemas de Inf. e Multimédia	102	60	78	240
		Projeto e Produção Audiovisual	---	---	140	140
		Formação em Contexto de Trabalho	---	210	210	420
	<b>Total Horas / Curso</b>		<b>1083</b>	<b>1071</b>	<b>946</b>	<b>3100</b>

## 4.1. Referenciais de Formação e Referenciais de Emprego dos Cursos Ministrados na EPFA

### 4.1.1. Curso Profissional de Nível IV: Animador Sociocultural

#### Referencial de Formação:

No final da sua formação, o **Animador Sociocultural** deverá possuir conhecimentos teóricos e práticos que lhe permitam:

- Identificar e estudar carências e recursos em situações individuais, familiares, grupais, sociais, comunitários e institucionais, utilizando técnicas, instrumentos e modelos teóricos variados;
- Intervir juntamente com outros profissionais, em grupos de risco (pré-delinquência, pobreza...), comportamentos desviantes (toxicodependência, criminalidade...) e junto de reclusos;
- Colaborar na administração e coordenação de atividades socioculturais, levando os indivíduos a uma melhor e salutar socialização e integração no meio envolvente;
- Acompanhar os indivíduos em diferentes momentos da sua evolução, criando com eles uma relação de confiança, interessando-os por uma participação mais atenta e ativa no meio envolvente e ajudando-os a organizarem-se para a sua vida no seu ambiente de escolha;
- Conceber, implementar e avaliar projetos de intervenção sociocomunitária em diversos domínios, como a atividade física e desportiva, os jogos lúdicos/educativos, o artesanato, a música, o teatro, a expressão plástica, o acompanhamento, os debates sobre a atualidade, os inquéritos no seio da comunidade e outras atividades coletivas e/ou individuais, em colaboração interdisciplinar com outros profissionais ou serviços que trabalham com as mesmas populações e em áreas ligadas à Prevenção Primária, Secundária e Terciária;
- Conhecer, valorizar e sensibilizar a comunidade para o património natural e cultural / artístico da região e do país;
- Colaborar na promoção de ações de informação/sensibilização/ esclarecimento/debate;
- Auxiliar nos processos de comunicação interpessoal e intrapessoal, nomeadamente fazendo o despiste de tensões, conflitos, tentativas de clivagens e outras disfunções;
- Participar na conceção, implementação e avaliação de ateliers e programas de animação desportiva, lúdica e sociocultural;
- Participar na gestão de equipamentos mediante tarefas específicas, nomeadamente na avaliação de carências de equipamento e material novo ou responsabilizando-se pela conservação de instalações e equipamento.



**Referencial de Emprego:**

- Associações Recreativas;
- Câmaras Municipais;
- Organismos Estatais;
- Empresas de Desporto Aventura.

**4.1.2. Curso de Profissional Nível IV: Técnico de Artes Gráficas****Referencial de Formação:**

No final da sua formação, o **Técnico de Artes Gráficas** deverá possuir conhecimentos teóricos e práticos no domínio da composição gráfica com total conhecimento do processo gráfico, aliando à posse dos instrumentos base da profissão, uma conveniente utilização das mais avançadas tecnologias e a capacidade de permanente adaptação a novas situações com uma sólida formação estética, a destacar:

- Elaboração gráfica de um produto (panfleto; jornal; cartaz; cartões pessoais; trabalhos comerciais, etc.);
- Domínio da técnica de encadernação;
- Conhecimento dos processos de impressão;
- Conhecimento dos processos fotográficos;
- Domínio do processo de digitalização e tratamento de imagens;
- Versatilidade no acompanhamento das novas tecnologias.

**Referencial de Emprego:**

- Oficinas gráficas editoriais;
- Oficinas gráficas (fase de pré-imprensa);
- Departamento sociocultural/gráfico das Câmaras Municipais;
- Departamento gráfico de outras instituições públicas;
- Empresas de Design e Publicidade;
- Associações locais;
- Departamentos comerciais de P.M.E. (Pequenas e Médias Empresas) e outras empresas.

### 4.1.3. Curso Profissional de Nível IV: Técnico de Apoio Psicossocial

#### Referencial de Formação

O **Técnico de Apoio Psicossocial** é o profissional qualificado apto a promover, autonomamente ou integrado em equipas multidisciplinares, o desenvolvimento psicossocial de grupos e comunidades no domínio dos cuidados sociais e de saúde e da intervenção social e comunitária. As atividades principais a desempenhar por este técnico são:

- Identificar, diagnosticar, analisar e avaliar diferentes domínios, contextos, situações, problemas e comportamentos sobre os quais seja necessário intervir;
- Planear, organizar, desenvolver e avaliar programas, projetos, ações e atividades que deem resposta às necessidades diagnosticadas;
- Definir estratégias, métodos e técnicas de intervenção face a cada situação diagnosticada;
- Identificar recursos, encaminhando, articulando, ou criando novas soluções para as situações detetadas;
- Intervir junto de indivíduos, grupos, comunidades, ou populações com necessidades específicas, promovendo o seu desenvolvimento pessoal e sociocomunitário;
- Planear, organizar e promover atividades de carácter educativo, cultural, social, lúdico pedagógico e sócio terapêutico, em contexto institucional, na comunidade ou no domicílio, tendo em conta as necessidades do grupo e dos indivíduos, com vista a melhorar a sua qualidade de vida e a sua inserção e interação sociais;
- Promover a integração grupal e social fomentando a interação entre os vários atores sociais da comunidade;
- Elaborar relatórios de atividades;
- Intervir em comunidades em que não sejam detetadas necessidades especiais, nomeadamente escolas, lares de terceira idade, centros de ATL;
- Realizar atividades complementares de ação pedagógica com vista ao desenvolvimento integral de grupos e/ou indivíduos;
- Promover o acompanhamento e a reinserção de crianças e jovens institucionalizados;
- Participar em equipas pluridisciplinares que desenvolvam atividades no âmbito da Educação para a Saúde;
- Acolher e acompanhar de forma personalizada o doente e seus familiares nos circuitos assistenciais das Unidades de saúde apoiando-os e motivando-os para o tratamento;
- Contribuir para uma efetiva comunicação intrainstitucional na relação com o doente e os seus familiares;
- Realizar atividades complementares de ação terapêutica, tendo em vista o bem-estar na recuperação e na integração social plena do doente;

- Desenvolver atividades lúdico-terapêuticas nas Unidades de Saúde, avaliando e registando a conduta e o desempenho global dos doentes, e acompanhá-los em visitas de estudo relacionadas com a área ocupacional e saídas de socialização;
- Colaborar na prestação de cuidados de higiene, alimentação e conforto dos doentes, tendo em conta o seu grau de autonomia e na manutenção da desinfeção, higiene e conforto das Unidades de Saúde;
- Efetuar os registos da sua intervenção e recolher as informações que lhe forem determinadas pelos técnicos de nível superior;
- Desenvolver ações de prevenção primária, secundária, terciária e de redução de danos;
- Participar em equipas de despiste e acompanhamento dos indivíduos com sida e outras doenças infetocontagiosas, desenvolvendo atividades complementares de ação terapêutica que promovam a sua reinserção social;
- Efetuar trabalho de rua junto de cidadãos “sem-abrigo”, toxicodependentes, prostitutas, promovendo a sua reinserção social.

### **Referencial de Emprego**

O Técnico de Apoio Psicossocial poderá exercer a sua profissão em áreas multidisciplinares e de teor e caráter muito diversificado, tais como:

- Escolas;
- Lares de terceira idade;
- Centros de ATL;
- Unidades de saúde;
- Câmaras Municipais;
- Centros de Acolhimento;
- Centros de Apoio Socioeconómico;
- Empresas;
- Segurança Social.

#### 4.1.4. Curso Profissional de Nível IV: Técnico de Multimédia

##### Referencial de Formação

O **Técnico de Multimédia** é um profissional qualificado apto a exercer profissões ligadas ao desenho e produção digital de conteúdos multimédia e a desempenhar tarefas de carácter técnico e artístico com vista à criação de soluções interativas de comunicação. As atividades principais a desempenhar por este técnico são:

- Conceber / Desenvolver produtos multimédia interativos;
- Captar, digitalizar e tratar imagens, som e texto;
- Editar conteúdos com vista à criação de soluções de comunicação (informativas e lúdicas);
- Integrar conteúdos utilizando ferramentas de autor;
- Programar aplicações multimédia;
- Animar objetos para aplicações multimédia;
- Desenhar conteúdos multimédia.

Com a qualificação obtida neste curso, o aluno poderá integrar equipas de desenvolvimento de aplicações informáticas, ou trabalhar em setores como os da comunicação audiovisual, da publicidade ou do cinema, e exercer, entre outras, as profissões de:

- Assistente de produção multimédia;
- Assistente de ilustração multimédia;
- Assistente de realização de produtos publicitários;
- Assistente de realização de video-clips e de jogos eletrónicos;
- Assistente de animação;
- Assistente de ilustração de páginas animadas para a Web;
- Assistente de animação em 2D e 3D;
- Assistente de realização de filmes animados;
- Assistente de design multimédia;
- Assistente de design de páginas para a Web;
- Assistente de ilustração de publicidade;
- Assistente de ilustração em 2D e 3D;
- Auxiliar de comunicação.

##### Referencial de Emprego

As profissões integradas neste setor podem ser exercidas por conta própria, em regime de trabalho independente ou de teletrabalho, ou em diferentes estruturas, nomeadamente em gabinetes ou ateliês de arquitetura e design gráfico ou de empresas gráficas, de comunicação audiovisual, de publicidade, ou de produção e manutenção de páginas para a Web, bem como em produtoras de vídeo/televisão ou órgãos de comunicação social.

Caso tenha optado por animação e multimédia, o diplomado poderá também trabalhar em locais como empresas produtoras de cinema de animação; caso tenha optado por design multimédia, poderá também trabalhar em locais como empresas de produção multimédia.

#### **4.1.5. Curso Profissional de Nível IV: Técnico de Proteção Civil**

##### **Referencial de Formação:**

O **Técnico de Proteção Civil** é o profissional qualificado que, sob orientação do técnico superior da área, está apto para desenvolver atividades de prevenção de riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, assim como participar no planeamento de atividades de atenuação dos seus efeitos, de proteção, socorro e assistência às pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram. As atividades principais a desempenhar por este técnico são:

- Participar no levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos de origem natural ou tecnológica;
- Prestar apoio na avaliação e implantação de sistemas de prevenção contra incêndios e outros riscos de origem natural ou tecnológica;
- Participar em campanhas de informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades;
- Participar no planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações;
- Participar na inventariação dos meios e recursos disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis ao nível local e regional;
- Participar em estudos e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais;
- Participar na implementação de projetos em proteção civil;
- Participar em vistorias e auditorias de segurança ou outras no domínio da proteção civil;

- Participar na elaboração de relatórios técnicos e manter informado o seu superior hierárquico.

**Referencial de emprego:**

- Autarquias e gabinetes de proteção civil;
- Gabinetes de segurança de empresas públicas e privadas;
- Serviços de proteção civil em agências internacionais;
- Entidades de monitorização de gestão de risco;
- Consultoria em segurança e prevenção/gestão de risco;
- Empresas de projetos, desenvolvimento e produção de equipamentos de segurança.

**4.1.6. Curso Profissional de Nível IV: Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade****Referencial de Formação:**

O **Técnico de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade** é o profissional que, no final da sua formação, estará apto a conceber e realizar campanhas de publicidade e operações de relações públicas, adequadas às necessidades de promoção de instituições, empresas e produtos/serviços.

**Referencial de emprego:**

- Câmaras Municipais;
- Agências de Publicidade;
- Organismos Públicos e Privados;
- Agências de Comunicação;
- Departamentos de Marketing.

#### 4.1.7. Curso Profissional de Nível IV: Técnico de Organização de Eventos

##### Referencial de Formação

O **Técnico de Organização de Eventos** é o profissional qualificado apto a coordenar e implementar um conjunto diversificado de operações que caracterizam o evento, tais como: programação, planeamento, contratualização e orçamentação, gestão de equipas, relações públicas e avaliação, utilizando as técnicas e procedimentos adequados. As atividades principais a desempenhar por este técnico são:

- Programar e produzir eventos;
- Desenvolver programas de eventos;
- Planificar e coordenar as operações que compreendem os eventos aplicando técnicas e metodologias de gestão;
- Elaborar orçamentos, gerir tesourarias, interpretar balanços e indicadores de gestão dos eventos;
- Coordenar as operações de «licenciamento», «ticketing», «público», «segurança», «higiene», «contratos», etc.;
- Aplicar técnicas de procurement (seleção e habilitação de fornecedores);
- Identificar as necessidades de recursos técnicos e humanos afetos aos eventos;
- Coordenar e acompanhar as equipas de trabalho (gestão de pessoas);
- Implementar planos e estratégias de relações públicas;
- Organizar atividades promocionais;
- Aplicar normas protocolares;
- Avaliar o processo e os resultados.

##### Referencial de Formação

- Autarquias;
- Organismos Públicos e Privados;
- Agências de Eventos;
- Departamentos de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade.

#### **4.1.8. Curso Profissional de Nível IV: Técnico de Audiovisuais**

##### **Referencial de Formação**

O **Técnico de Audiovisuais** é um profissional qualificado apto a desempenhar tarefas de carácter técnico no domínio do som e do vídeo e de carácter artístico no domínio da Imagem, para o exercício de profissões ligadas à produção de conteúdos audiovisuais. As atividades principais a desempenhar por este técnico são:

- Instalar e processar o sinal vídeo e áudio – analógico e digital;
- Registrar imagem e som;
- Captar e tratar a imagem fotográfica;
- Operar câmara vídeo em exteriores e interiores;
- Editar imagem e som;
- Pré-produzir, produzir e pós-produzir imagem e som;
- Informatizar arquivos de imagem e som;
- Prestar assistência técnica nas áreas de comunicação, imagem e som;
- Operacionalizar instrumentos óticos de audiovisuais;
- Conceber e/ou realizar eventos com luz, imagem e som;
- Produzir e/ou realizar conteúdos audiovisuais para os vários suportes;
- Integrar conteúdos de Audiovisual e Multimédia.

##### **Referencial de Emprego**

- Autarquias;
- Organismos Públicos e Privados;
- Agências de Eventos;
- Departamentos de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade.



## 5. O Projeto

O concelho de Vidigueira, à semelhança de todas as regiões da Europa, é um território em que existe um predomínio das classes etárias de adultos e idosos, uma reduzida percentagem de jovens, ambos motivados pelo aumento da esperança média de vida e pela diminuição da natalidade. Além disso, é marcada por baixas qualificações literárias e académicas da sua população e taxas de desemprego elevadas.

Deve-se fomentar a capacitação de um público ativo com níveis de escolarização e, consequentemente, de literacia mais elevados que permitam desenvolver as competências profissionais, de forma mais eficaz, garantido que o domínio das áreas profissionais ministradas na EPFA dê resposta ao desenvolvimento de competências identificadas como pertinentes no contexto local e regional, numa perspetiva assertiva face às necessidades do tecido empresarial regional.

Deste modo, pretende-se uma estreita colaboração com as entidades de relevo na região, motivo pelo qual a EPFA dirige a sua oferta formativa em áreas estruturantes de um desenvolvimento sustentado e no sentido da valorização dos produtos e recursos endógenos, entre as quais a intervenção social, a proteção de bens e pessoas, a proteção ambiental e as novas tecnologias.

Ao longo destes anos de formação, a EPFA tem solicitado pareceres às mais diversas entidades, sobretudo na reunião anual de Conselho Consultivo, de relevo em cada uma das áreas de formação, entre estas de destacar entidades formadoras, autarquias, empresas e instituições culturais e sociais, públicas e privadas, bem como tem efetuado contactos e diligências junto destas para elaboração de parcerias e colaborações, em termos de recursos materiais e humanos, ao funcionamento dos cursos propostos, tendo sido manifestado todo o interesse e disponibilidade por parte das mesmas.

Em continuidade, a EPFA tem assinado diversos protocolos com entidades e empresas locais e regionais, envolvidas na conceção e desenvolvimento do seu Projeto Educativo, com o objetivo de assegurar a formação em contexto de trabalho dos alunos, promovendo a prática num ambiente organizativo e social empresarial, assim como facilitar a sua entrada no mercado de emprego.

Ainda com o intuito de facilitar a aproximação à vida ativa dos seus formandos, na figura do Gabinete de Apoio ao Aluno, em parceria com outras entidades, entre estas o gabinete de desenvolvimento económico da Câmara Municipal de Vidigueira, a UNIVA, IEF, Associação Microcrédito e, no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento, a Associação de Desenvolvimento Local Terras Dentro, a EPFA desenvolve, como atividade integrada no seu Projeto Educativo e Plano de Atividades, sessões de esclarecimento sobre programas de apoio e incentivo ao empreendedorismo, à criação do próprio emprego ou empresa, programas internacionais, através de projetos europeus dinamizados pela agência nacional PRODALV a fim de promover essencialmente os intercâmbios e a cooperação, assim como a mobilidade entre sistemas de ensino e formação, a nível europeu,

no sentido de estes se estabelecerem enquanto referência mundial de qualidade, bem como sessões de apoio à preparação do Curriculum Vitae dos seus formandos ou de entrevistas emprego, incluindo o encaminhamento e esclarecimento sobre a prossecução de estudos aos interessados, definindo estratégias de enriquecimento curricular e preparação dos conteúdos para exame.

A EPFA procede, também, ao recrutamento dos seus formadores qualificados nas áreas de formação ministradas, em particular no que diz respeito às componentes técnicas, possuindo um vasto leque de formadores que exercem a sua atividade de forma liberal ou em empresas e instituições de prestígio valor na região. No que se refere ao restante corpo docente, licenciados e na sua maioria com formação pedagógica/profissional, são professores em exclusividade ou em acumulação, ministrando disciplinas da área sociocultural e científica. Assim, a escola possui uma bolsa de formadores com os quais mantém uma relação estreita e envolvimento constante, através de projetos de turma e de cooperação com outras entidades. Quando necessário e de acordo com a oferta formativa, a EPFA divulga nos jornais e rádios locais e regionais as áreas carentes de formadores, sendo os critérios de seleção a análise curricular, entrevista e adequação do perfil do formador ao cargo pretendido.

Anualmente, ao propor a sua oferta formativa, a EPFA visa ir de encontro às necessidades das empresas locais e regionais, assim como procura ampliar a capacidade de resposta e a valorização das instalações, equipamentos e materiais afetos aos projetos já a decorrer ao nível da formação em anos transatos, nomeadamente em áreas específicas como as das novas tecnologias da informação e comunicação, com especial destaque para a multimédia e audiovisuais, cujo apetrechamento ao nível das exigências técnicas é significativo, bem como no que diz respeito ao equipamento existente de apoio à lecionação dos conteúdos e recursos humanos.

Concluindo, a E.P.F.A. propõe-se intervir e abrir-se à comunidade procurando, através do seu Projeto Educativo, ser um contributo para o desenvolvimento sustentado desta região, pela valorização dos seus recursos naturais e humanos. Paralelamente, procura contribuir no combate à erosão demográfica a que o Alentejo tem vindo a ser sujeito nas últimas décadas.

Sendo vocacionada para atender às necessidades de formação na região, a E.P.F.A. procura dar-lhes resposta, apoiando-se nas potencialidades da mesma, nos seus recursos naturais, culturais, humanos e patrimoniais.

Na sua génese, a Escola foi criada para formar quadros intermédios no âmbito do Ensino Profissional e está acreditada para lecionar cursos profissionais, de Nível II, IV e V da União Europeia. Contudo, dadas as mutações que o sistema do ensino tem vindo a desenvolver, baseado no conceito da Aprendizagem ao Longo da Vida, torna-se imperioso que as Escolas Profissionais criem novas formas de assegurar a prevenção do abandono escolar, o insucesso escolar e apostem na qualificação da população portuguesa, de jovens e adultos.

Desta feita, considera-se que a solidez do processo de modernização do nosso país, no seio da União Europeia, o emprego, o crescimento económico e a competitividade dependem, essencialmente, do investimento em educação e formação e na aposta na qualificação dos recursos humanos.

Simultaneamente, é importante que as Escolas promovam o investimento em capital humano, na medida em que este promove benefícios sociais, nomeadamente no que respeita aos níveis de participação cívica, política e cultural, tal como a UNESCO tem vindo a afirmar nos seus relatórios.

De acordo com as políticas educativas nacionais, as quais integram a criação e desenvolvimento do subsistema de Escolas Profissionais, desde a década de oitenta, é necessário investir em técnicos intermédios capazes de integrar o mercado de trabalho, conferindo-lhes elevadas capacidades técnicas, aptidões, competências profissionais e de cidadania ativa e participativa.

Basear a sua ação voltada para a sociedade da informação é um dos pilares deste projeto também, na medida em que a literacia tecnológica e o domínio das comunicações pode contribuir para a melhoria do bem estar dos nossos jovens, enquanto cidadãos, em virtude de facilitar a construção de um Estado mais aberto, a inovação no ensino e na formação profissional, o acesso ao saber, o desenvolvimento de novas atividades económicas e o aumento da oferta de emprego com níveis de qualificação profissionais mais elevados, entre outros contributos positivos. Não podemos descuidar ainda a existência de barreiras de acesso a esta sociedade da informação, sobretudo de natureza económica, contudo um meio privilegiado de atuação para combater a iniquidade no acesso às novas tecnologias é o sistema de ensino, sendo que é premissa da FPFA fomentar a sua utilização e domínio, já que é uma ferramenta imprescindível nos dias de hoje na sociedade do conhecimento em que vivemos.

A “Estratégia de Lisboa – Programa Nacional de Ação para o Crescimento e Emprego”, que integra programas sectoriais de carácter transversal, como o Programa de Estabilidade e Crescimento, o Plano Nacional de Emprego e o Plano Tecnológico, incentiva outras formas de educação e formação.

A Iniciativa Novas Oportunidades, através do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, em complementaridade com uma reestruturação dos percursos formativos, afirmou-se, durante alguns anos, como promotora de qualificação de adultos, prevendo-se, atualmente, a sua reestruturação no que respeita à rede de Centros de Novas Oportunidades (CNO), em que parte do financiamento destinado a este programa de formação será canalizado para o ensino profissional.

O Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) assume, também, especial relevância ao nível das linhas estratégicas e orientadoras do sistema educativo, dado que é um instrumento de gestão estratégica das qualificações nacionais de nível não superior, de regulação da oferta formativa de dupla certificação, cujo financiamento público será sujeito à conformidade face aos referenciais nele contidos e que integra referenciais de qualificação únicos para a formação de dupla certificação (formação de adultos e formação

contínua, numa primeira fase) e para processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC).

Baseada nestas linhas orientadoras, deve a EPFA conhecer e antecipar as dinâmicas de evolução dos sectores económicos da região envolventes à escola e as necessidades das empresas, de modo a adequar e dar as respostas educativas e formativas. Estas são condições fundamentais para que a Escola possa ajudar os jovens a adquirir melhores competências, melhorar as condições de inserção no mercado de trabalho e a criar emprego.

No quadro do combate à exclusão, ao abandono escolar e à inserção precoce na vida ativa, a diversificação das ofertas de educação e formação de jovens e adultos representa uma demanda premente. É neste sentido que a EPFA assume o seu papel formador e a sua responsabilidade perante a comunidade local, desenvolvendo um conjunto de ações numa perspetiva de adequação da rede educativa às características regionais, assegurando a coerência dos princípios normativos definidos a nível nacional e mobilizar, em cooperação com outros atores, a procura de percursos de aprendizagem ao longo da vida, através da dinamização e inovação no domínio do currículo, das metodologias e dos recursos pedagógicos.

A relação com o saber e a capacidade de inovar são traços permanentes, guiando todas as transformações resultantes da economia do conhecimento e a sociedade da informação, com repercussões em todos os domínios da vida das pessoas.

O tipo e intensidade das desigualdades sociais e de riqueza, as identidades pessoais e coletivas, a qualidade do ambiente, a satisfação de necessidades sociais, a densidade e extensão das redes económicas, sociais, culturais e políticas, entre muitas outras, dependem, cada vez mais, das empresas/instituições e da sua ação.

Cabe-nos, enquanto instituição, o papel de liderar a mediação entre o impacto – positivo ou negativo, conforme o sentido de tais compromissos – que as dinâmicas do mercado induzem em todos aqueles domínios.

A consciencialização da importância da qualificação dos nossos formandos, bem como a sua preparação e inserção no mundo do trabalho é determinante na nossa atuação.

Portugal é, hoje, um país integrado num espaço político, económico, social e cultural caracterizado por altos standards, que constituem as referências de uma grande parte das organizações e dos cidadãos, um espaço onde a competição e a capacidade de inovar são essenciais para vencer e para progredir. É consensual que a escola deve promover a atitude e cultura empreendedoras consideradas críticas na educação das novas gerações, contribuindo para o desenvolvimento sustentado de Portugal. Assim ganham particular importância a promoção de iniciativas que criem um espírito empreendedor nas escolas, que favoreçam as competências dos alunos e o seu sucesso escolar e que, simultaneamente, contribuam para a cooperação, equidade e qualidade das aprendizagens. A promoção de uma cultura empreendedora, traduzida pelo desenvolvimento de projetos,

devidamente enquadrados pelo currículo nacional e que se traduzam em resultados tangíveis é uma premissa no atual Projeto Educativo.

Neste sentido, a própria escola tem de aprender, de experimentar estratégias de educação para o empreendedorismo e de se abrir ao meio envolvente.

Por outras palavras, é na escola que se pode aprender e treinar competências e atitudes que promovam uma relação positiva com o risco; o saber planejar, calcular oportunidades e identificar ameaças; desenvolver a capacidade de tomar a iniciativa e inovar, com responsabilidade e racionalidade.

Assim, é reconhecido que a inovação e a criação são fatores críticos do desenvolvimento, os quais dependem muito da atitude e dos comportamentos de cada indivíduo, numa lógica de que os que conseguem inovar e os que são capazes de criar são aqueles que atingem os mais elevados padrões de realização pessoal e que, paralelamente, mais contribuem para o desenvolvimento das sociedades em que se integram, tanto no campo da economia como nas áreas da cultura, da política ou das artes.

Numa política de inovação, os indivíduos e as organizações são atores de um processo de mudança que assenta em pressupostos de valorização da educação de base e da formação ao longo da vida.

A importância do papel do professor enquanto agente de mudança, favorecendo a compreensão mútua e a tolerância, nunca foi tão patente como hoje em dia. Os professores têm um papel determinante na formação de atitudes, positivas ou negativas, face ao processo de ensino aprendizagem. Devem despertar a curiosidade, desenvolver a autonomia, estimular o rigor intelectual e criar as condições necessárias para o sucesso da educação formal e da educação permanente, orientando-o no que respeita à informação e conhecimento, sendo para isso necessário a partilha de um saber coletivo, crítico, a formação contínua e um verdadeiro domínio de novos instrumentos pedagógicos.

O gosto de aprender, o prazer da leitura, o sentido do novo e do experimental ou o desenvolvimento dos comportamentos e atitudes que vão pela vida fora marcar os modos de ser, de estar e de fazer, constituem, em nossa opinião, os aspetos essenciais e mais determinantes do processo de formação de base do jovem em idade escolar. Não porque seja a escola a única estrutura organizada onde se adquirem o sentido do dever e da responsabilidade, a autonomia, o gosto pelo risco, a capacidade de iniciativa, a liderança, o espírito empreendedor, ou uma atitude de exigência e rigor, mas porque para a criança e o adolescente a vivência da escola é, fora da família, o fator determinante do desenvolvimento de cada um, tendo em vista a sua realização pessoal e a sua participação no processo de construção coletiva, em que todos estamos envolvidos.

A aquisição, a atualização e/ou a adequação de competências não podem ser compartimentadas ao nível local, regional ou nacional. Na Aldeia Global em que vivemos a educação e formação têm de ser perspectivadas ao nível internacional, em que é vital desenvolver uma estratégia de "educação para a globalização", a qual compreende a capacidade de integrar transversalmente conhecimentos de áreas

disciplinares diferentes, de modo a compreender a dinâmica global, dando-lhes a possibilidade de agir, bem como preconiza uma visão integrada do “saber” (conhecimentos), do “saber fazer” (competências aplicadas) e do “saber ser” (valores e atitudes).

Conscientes da importância d’ “A Escola somos nós” entendeu a E.P.F.A. orientar, neste sentido, os eixos prioritários deste Projeto Educativo, bem como as suas finalidades, definindo objetivos específicos e as ações a implementar para alcançar o sucesso pretendido.

### **5.1- Finalidades do Projeto**

Assegurar o cumprimento integral dos grandes princípios da Lei de Bases do Sistema Educativo Nacional, assumindo o compromisso de desenvolver estratégias nesse sentido;

1. Contribuir para superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, consagrando o nível secundário como referencial mínimo de qualificação, no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo;
2. Adequar a oferta formativa aos perfis profissionais atuais e emergentes, no quadro de uma identificação de áreas prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento económico e social do País, num contexto de globalização;
3. Desenvolver as competências vocacionais dos jovens, alicerçadas num conjunto de saberes sociais, científicos e técnicos, que lhes permitam uma efetiva inserção no mundo do trabalho e o exercício responsável de uma cidadania ativa;
4. Difundir uma cultura de igualdade através da integração da perspectiva de género nas estratégias de educação e formação;
5. Contribuir para o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância para a vida social;
6. Abrir as portas a toda a Comunidade Educativa, no sentido de se visualizar e ter conhecimento do que os nossos alunos fazem na Escola;
7. Incentivar os Encarregados de Educação a partilharem experiências com os seus educandos na Escola;

8. Promover a interação entre o Gabinete de Apoio ao Aluno e os familiares dos alunos;
9. Estimular toda a comunidade, em especial, os Encarregados de Educação, a participarem nas atividades, dinamizações e projetos da EPFA;
10. Envolver os Encarregados de Educação, Professores, Psicólogas, Alunos, Funcionários e restante Comunidade Educativa num projeto comum de partilha de sabedoria e bem-estar;
11. Estimular a interação dos alunos com a comunidade educativa e vice-versa, promovendo a dinâmica escolar;
12. Construir estratégias e utilizar ferramentas promotoras de um auto posicionamento e de capacidades de metacognição, baseada num espírito crítico fundamentado, respeitador e integrador;
13. Envolver o aluno enquanto sujeito ativo na sua aprendizagem, formando na utilização e seleção da informação, conduzindo-o no traçado de um percurso escolar ativo e participativo;
14. Promover o conhecimento da sociedade e da sua identidade cultural, estimulando o sentimento de pertença a um projeto global e a uma comunidade, estruturado em redes sociais de suporte;
15. Educar para a formação de uma autonomia e maioridade, intelectual e moral, capaz de enformar e resolver criticamente os desafios diários, sem esquecer o dever e respeito com o outro;
16. Valorizar a aprendizagem das tecnologias da informação e comunicação, aprofundado, nomeadamente, a formação em torno de ferramentas de produtividade que sustentem as tecnologias específicas de cada curso e o exercício da cidadania;
17. Estimular a criatividade, a inovação e o espírito empresarial, valorizando a sua importância tanto para o desenvolvimento pessoal como para o crescimento económico e o emprego, promovendo uma atitude empreendedora;
18. Proporcionar aos alunos a necessária orientação escolar e profissional, de modo a facultar-lhes os conhecimentos e ferramentas necessários à inserção na vida ativa ou o prosseguimento de estudos;

19. Preparar para o exercício profissional qualificado, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, enquanto instrumento promotor de (re)inserção socioprofissional e de uma progressão na qualificação;
20. Potenciar a ligação entre a escola e as instituições económicas, financeiras, profissionais, associativas, sociais e culturais, designadamente, do tecido económico e social, local e regional.

#### **5.1.1. Eixos de Desenvolvimento:**

- A. Gestão da Oferta Formativa e Desenvolvimento Curricular**
- B. Cidadania Ativa e Consciência Global**
- C. Inovação e Criatividade**
- D. Educar para Empreender**
- E. Acompanhamento e Inserção na Vida Ativa**
- F. Aprendizagem ao Longo da Vida**
- G. Afirmação e Promoção da EPFA**

#### **5.1.2. Objetivos e Ações a Implementar**

##### **A. Gestão da Oferta Formativa e Desenvolvimento Curricular:**

Elaborar, conjuntamente com outras instituições locais, a concentração de um projeto de formação de recursos humanos qualificados, que responda às necessidades do desenvolvimento integrado do País, particularmente nos âmbitos local e regional:

- a) Valorização da EPFA enquanto espaço para a Educação e Valorização de Recursos Humanos da região;
- b) Criação e alteração de novos cursos e percursos formativos;
- c) Revisão dos estatutos que enquadram a atividade da EPFA e do Centro de Estudos e Formação Aquiles Estação, Lda., enquanto entidade proprietária, visando a flexibilidade e a diversificação dos objetivos e serviços.



1. Envolver a Direção Técnico-Pedagógica, Diretores de Curso e Professores em atividades, que permitam a interdisciplinaridade e a gestão do currículo no contexto de cada um dos cursos, de modo a que o processo de ensino/aprendizagem se otimize constantemente:
  - a) Desenvolvimento da avaliação formativa, com vista a um processo de avaliação contínuo, flexível, formativo, não discriminatório eficaz, evidenciando uma relação pedagógica viva, que permita o desenvolvimento de todas as capacidades do aluno e respeite a diversidade e os ritmos de aprendizagem de cada um;
  - b) Diversificação dos materiais e dos métodos de ensino, de acordo com as necessidades dos alunos;
  - c) Dinamização do Gabinete de Apoio à Família, que presta serviços especializados de Apoio Educativo, Psicologia, Orientação, Inserção e Acompanhamento Profissional, durante e após a formação;
  - d) Desenvolvimento de estruturas pedagógicas de apoio ao aperfeiçoamento da língua portuguesa, nomeadamente no que diz respeito à integração de alunos oriundos dos PLOP, imigrantes e filhos de emigrantes;
  - e) Promover a aprendizagem de línguas estrangeiras e a diversidade linguística;
  - f) Promoção da criatividade, da competitividade salutar, do espírito empreendedor.
2. Assegurar um ensino centrado no aluno, de acordo com a filosofia pedagógica decorrente da estrutura modular:
  - a) Promoção, como elemento base da aprendizagem, da metodologia “aprender-fazendo”, com um enfoque dinâmico orientado pelo próprio aluno, integrando e mobilizando as aprendizagens curriculares através da prática;
  - b) Apoiar o desenvolvimento de conteúdos, serviços, pedagogias e práticas inovadoras, baseado nas TIC, no domínio da aprendizagem ao longo da vida.
3. Promover medidas de carácter pedagógico que estimulem o harmonioso desenvolvimento da educação, quer nas atividades realizadas em sala de aula quer noutras promovidas pela escola:

- a) Realização de visitas de estudo e desenvolvimento de projetos de turma;
  - b) Celebração de dias festivos associados a tradições locais, nacionais ou internacionais e valorização de momentos históricos, com o intuito de motivar os alunos para a aprendizagem e conhecimento da história nacional e universal, através da dinamização de atividades que os envolvam ativamente, e estimular a sua interação com a comunidade educativa, promovendo a dinâmica escolar;
  - c) Participação em parcerias bilaterais e multilaterais Comenius, que visem promover nos jovens os princípios de cidadania e solidariedade, através da partilha de conhecimentos, de tradições, costumes; do intercâmbio de alunos e da aprendizagem de novas línguas;
  - d) Dinamização do Projeto “Assistente *Comenius*”, através do qual se pretende a colocação de um professor estrangeiro na nossa escola, com o objetivo de auxiliar os docentes na lecionação de línguas estrangeiras e outras disciplinas da área profissional do assistente, no desenvolvimento de competências linguísticas dos alunos e restante comunidade educativa e dos seus conhecimentos relativamente às tradições e cultura dos países de origem dos assistentes;
  - e) Participação em parcerias internacionais, no âmbito dos projetos PROALV, Leonardo da Vinci (Mobilidade e Parcerias Multilaterais), com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade ao longo da vida e promover elevados níveis de desempenho, apoiar a criação de um espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida, contribuir para melhorar a qualidade das possibilidades de aprendizagem ao longo da vida existentes nos Estados-Membros, reforçar o contributo da aprendizagem ao longo da vida para a coesão social, a cidadania activa, o diálogo intercultural, a igualdade entre homens e mulheres e a realização pessoal, entre outros;
  - j) Dinamização de workshops nas mais variadas temáticas relacionadas com os cursos que os alunos frequentam, a fim de colocar em prática as suas aprendizagens.
4. Desenvolver as competências vocacionais dos jovens, alicerçadas num conjunto de saberes sociais, científicos e técnicos, que lhes permitam uma efetiva inserção no mundo do trabalho e o exercício responsável de uma cidadania ativa.

5. Envolver toda a comunidade educativa nas atividades escolares, nomeadamente promover uma participação ativa dos Pais e Encarregados de Educação na formação dos seus educandos.
- a) Responsabilização dos Orientadores Educativos de Turma ou Diretores de Turma para a promoção da integração escolar dos alunos;
  - b) Disponibilização de um horário de atendimento aos Encarregados de Educação ou Pais, para que sejam recebidos pelos Orientadores Educativos ou Diretores de Turma dos seus educandos, de forma a promover o contacto entre a escola e as respetivas famílias;
  - c) Promover a eleição de representantes dos alunos na Associação de Estudantes, a ter assento no Conselho Pedagógico;
  - d) Promover a eleição de representantes dos Pais e Encarregados de Educação, para uma participação mais ativa;
  - e) Participação dos Representantes dos Alunos e dos Pais/Encarregados de Educação no Conselho Consultivo.

## **B) Por uma Cidadania Ativa e Consciência Global**

1. Educar e inculcar o respeito pelos valores e direitos humanos: justiça, igualdade, democracia e liberdade, sensibilizando os alunos para a aceitação da diferença, para a aposta num mundo menos preconceituoso e discriminador, desenvolvendo as suas capacidades de relacionamento com os outros:
- a) Reforço do papel da aprendizagem ao longo da vida na criação de um sentido de cidadania europeia baseada na compreensão e no respeito dos direitos humanos;
  - b) Desenvolvimento de projetos de educação cívica, quer a nível disciplinar quer a nível interdisciplinar, nomeadamente na área sociocultural, com especial relevância nas disciplinas de Área de Integração; Comunidade e Intervenção Social e Sociologia:
    - Parlamento de Jovens, sendo que esta atividade é promovida pela Assembleia da República, pelo Instituto Português da Juventude e pelo Ministério da Educação, através das suas Direções Regionais de Educação.

Pretende-se com este projeto que os jovens procedam a uma reflexão sobre temas atuais, que os debatam e criem um projeto de recomendação à Assembleia da República, sublinhando a importância da contribuição dos jovens para a resolução de questões que afetam o seu presente e o futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político e incentivando o interesse dos jovens pela participação cívica e política;

- Promoção de colóquios subordinados a temáticas relevantes no panorama escolar e na sociedade atual;
- Dia(s) da Multiculturalidade, a fim de promover nos alunos o conhecimento de outras realidades culturais, o respeito pela identidade cultural de cada indivíduo e de cada país, tendo, igualmente, como objetivo sensibilizar a comunidade escolar e mobilizá-la para uma participação mais ativa nas atividades da escola;
- Apoio às atividades da Associação de Estudantes com o intuito de envolver ativamente os alunos no seu próprio processo de ensino/aprendizagem e na defesa dos seus interesses;
- Promoção dos Torneios Interescolares e outras atividades desportivas, como canoagem, BTT, estafetas e caminhadas, valorizando esta prática como momento de encontro e convívio;
- Dinamização do Clube de Voluntariado e Solidariedade, a fim de valorizar o altruísmo e promover ações diretas com a comunidade envolvente;
- Dinamização de Atividades relacionadas com a União Europeia, com o fim de promover, com o apoio das entidades competentes, ações de dinamização tendentes a uma melhor informação sobre a Europa (aspetos geográficos, históricos, culturais, económicos, instituições europeias, património cultural e natural da Europa, problemas com os quais se defronta a Europa atualmente, entre outros);
- Como atividade pedagógica, incentivar o debate sobre os Direitos Humanos na Educação para a Cidadania, visando promover o desenvolvimento da consciência cívica em matéria de Direitos Humanos;
- Integrar estratégias de promoção da saúde sexual e do planeamento familiar, quer ao nível do desenvolvimento dos conteúdos programáticos, quer na organização de atividades de enriquecimento curricular, favorecendo a articulação escola-família e a dinamização de parcerias com entidades externas à escola, nomeadamente com os centros de saúde da região. Pretende-se ainda fomentar o reconhecimento da

saúde como um bem precioso e a tomada de consciência da responsabilidade de cada um na promoção da saúde;

- Participação no projeto Escola Electrão, que pretende encorajar ações que motivem para a necessidade de mudança de atitudes e adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário; trata-se, desta feita, de um projeto de sensibilização, reciclagem e defesa ambiental, que vai envolver centenas de comunidades escolares em todo o país;

- Envolvimento no Concurso "Participar para Mudar", responsabilidade da Comissão Europeia, cujos objetivos se enunciam: abordar a temática "A União Europeia dos Cidadãos"; estimular a participação dos jovens tendo como perspetiva cultivar uma cidadania ativa e consciente; apelar à criatividade e à imaginação dos alunos, levando-os a descobrir os seus talentos pessoais, aplicando-os no desenvolvimento de projetos ao serviço da comunidade;

- Organização de sessões sobre "Emprego e Empreendedorismo" em colaboração com o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, da Escola Profissional Fialho de Almeida, a Associação Terras Dentro e a Câmara Municipal de Vidigueira (CMV), a fim de informar os alunos finalistas e ex-alunos sobre estratégias e alternativas na procura de emprego;

- Dinamização das ações de sensibilização sobre a Violência na Escola (Campanha de Sensibilização contra o Bullying), Violência Doméstica, a Violência no namoro, em parceria com o Núcleo de Apoio à Vítima de Beja, entre outras instituições;

- Campanha de sensibilização contra as adições, em parceria com a Escola Segura;

- Criação de Peças de Teatro, na disciplina de Área de Expressões, versando temáticas variadas relacionadas com a sociedade;

**C. Inovação e Criatividade**

1. Reforçar a capacidade técnica e organizativa da Escola, de modo a favorecer as condições para o seu maior protagonismo na dinamização de ações de formação à medida das suas próprias necessidades e estratégias de desenvolvimento:
  - a) Desenvolvimento de uma plataforma de ensino, disponibilizando *on-line* informação sobre o desenvolvimento curricular dos cursos e conteúdos relacionados com a lecionação dos mesmos (moodle);
  - b) Dinamização do centro de gestão dos equipamentos informáticos, no sentido de otimizar os recursos existentes e promover a sua manutenção constante;
  - c) Dinamização das oficinas de informática, multimédia e audiovisual, promovendo a implementação e desenvolvimento de projetos de investigação e serviços nesta área como complemento de outros desenvolvidos na escola e para a comunidade escolar;
  - d) Criação de uma sala de expressões, adequada à prática letiva de conteúdos específicos da área.
2. Desenvolver um conjunto de formações associadas a processos de modernização organizacional, que contemplem a promoção da capacidade de inovação e gestão:
  - a) Desenvolvimento das competências técnicas, sociais e relacionais dos ativos através de ações de reciclagem, atualização ou aperfeiçoamento;
  - b) Inserção de ferramentas de modernização administrativa, promovendo a celeridade de processos de arquivo e gestão de documentos.
3. Desenvolver atividades de sensibilização, no seio da comunidade educativa, para a importância da criatividade, do conhecimento e da flexibilidade num contexto de rápida mutação tecnológica e de integração global, como formas de garantir uma vida próspera e a realização pessoal:
  - a) Valorização de ações de formação cultural e artística, pelos alunos, inseridas na vida comunitária.

**D. Educar para Empreender**

1. Estimular a criação e a qualidade do emprego, destacando a promoção do empreendedorismo e os mecanismos de apoio à transição para a vida ativa;
2. Fomentar uma educação, na qual os alunos sejam capazes de organizar, planejar, executar e coordenar tarefas de forma autónoma e responsável, a fim de serem atores interventivos no seu próprio projeto de vida;
3. Promover a aprendizagem pela prática e a experiência concreta do empreendedorismo, através de atividades e projetos práticos, que estabeleçam vínculos entre a escola, as empresas e a comunidade.
4. Definir estratégias para a promoção do espírito empreendedor na escola:
  - a) Desenvolvimento de projetos de investigação e intervenção desenvolvidos pelos alunos no âmbito das áreas curriculares, que originem produtos sociais concretos, motivantes, capazes de responder aos seus próprios problemas e necessidades e com um impacto (observável, qualificável ou quantificável) no grupo-turma, na comunidade escolar, local ou regional, orientados por fins sociais, de investigação ou científico-tecnológicos;
  - b) Dinamização das aprendizagens curriculares enquanto oportunidades de desenvolvimento do empreendedorismo;
  - c) Integração dos conteúdos curriculares nas atividades organizadas pelos alunos nos seus projetos, adaptando-os à realidade contextual dos alunos, aos seus problemas e necessidades reais;
  - d) Constituição de uma comissão para a dinamização e acompanhamento da implementação das atividades, tendo como tarefas: estudar e implementar os projetos propostos de acordo com a realidade da escola, garantir a prossecução dos seus objetivos, participar na sua monitorização e avaliação. Desta feita, terá como principais funções a criação de um ambiente escolar empreendedor, que seja motivante e atraente para mobilizar a participação de todos os alunos; realizar o diagnóstico e levantamento das necessidades ao nível da escola e da comunidade local; promover projetos empreendedores nas escolas, responsabilizando-se pelo incentivo para a aplicação dos seus projetos pedagógicos, no âmbito do currículo e do processo de ensino/aprendizagem, em particular dos respetivos Conselhos de Turma, de escola e de professores. Pretende-se ainda que esta comissão apoie os agentes educativos na implementação de projetos, facultando-lhes os recursos e facilitando-

lhes os meios adequados; monitorize as iniciativas e avalie os seus resultados e impacto, quer ao nível dos procedimentos, quer a nível dos produtos finais.

### **E. Acompanhamento e Inserção na Vida Ativa**

1. Promover experiências e oportunidades de Formação em Contexto de Trabalho que valorizem o currículo adquirido:
  - a) Aposta, a nível local, regional ou nacional, num conjunto de atividades profissionais desenvolvidas sob coordenação e acompanhamento da escola, que visem a aquisição ou o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para o perfil de desempenho à saída dos cursos frequentados pelos alunos. As atividades realizar-se-ão em postos de trabalho em empresas ou noutras organizações, sob a forma de experiências de trabalho, por um período de duração definido;
  - b) Realização de Estágios Internacionais no âmbito do Programa Leonardo da Vinci – Mobilidade, promovido pela Agência Nacional para os Programas Comunitários. Estes Estágios permitem aos alunos realizar a Formação em Contexto de Trabalho em empresas sediadas em países da União Europeia, na área de formação de cada um dos cursos a ser lecionados na escola;
  - c) Adequação da formação às necessidades específicas dos alunos, permitindo a cada um realizar escolhas apropriadas ao desenvolvimento de um processo pessoal de formação;
  - d) Promoção de sessões de esclarecimento com instituições do Ensino Superior relativas à continuidade de percursos escolares;
  - e) Dinamização de *workshops* com o objetivo de divulgar e aprofundar o uso de ferramentas tecnológicas que permitam uma constante atualização, bem como workshops de iniciação ou aperfeiçoamento de uma língua estrangeira (inglês/espanhol/francês) ou de uma área específica, como a fotografia, multimédia, audiovisuais, animação...;
  - f) Diversificação da oferta existente na EPFA, ao nível de cursos de especialização tecnológica, CET, permitindo aos alunos um aprofundamento dos conhecimentos adquiridos e uma valorização das ferramentas de trabalho;



- g) Combate ao insucesso e ao abandono escolar precoce, prevenindo a entrada de jovens com baixas qualificações no mercado de trabalho;
- h) Definição de estratégias para uma ajustada colocação dos alunos formados e diplomados no mercado de trabalho e a sua plena inserção socioprofissional;
- i) Colaboração, através dos Serviços de Psicologia, Orientação, Inserção e Acompanhamento Profissional, no levantamento de necessidades da comunidade educativa, com o fim de propor a realização de ações de prevenção e medidas educativas adequadas às suas características e carências;
- j) Contribuição para o desenvolvimento sociocultural e da maturidade dos alunos facultando-lhes instrumentos que lhes permitam construir uma identidade socioprofissional e que lhes deem a dimensão deontológica do exercício da profissão;

2. Acompanhamento dos alunos após a sua formação na EPFA, com a implementação de um Programa de Orientação Vocacional, Workshops sobre a Procura de Emprego, implementação do Projeto “Motivar a Estudar” e a criação de uma base de dados com todos os alunos que saíram da escola para o mercado de trabalho.

## **F. Aprendizagem ao Longo da Vida**

- l. Alargar as possibilidades de acesso à formação por parte dos ativos empregados, através da modulação e do ajustamento das ofertas:
  - a) Reforço da qualificação da população adulta ativa - empregada e desempregada, contribuindo para o desenvolvimento de competências críticas à modernização económica e empresarial e para a adaptabilidade dos trabalhadores, incluindo cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) na oferta formativa;
  - b) Capitalização das formações de curta duração, realizadas no quadro de um determinado percurso formativo, com vista à obtenção de uma qualificação correspondente a uma determinada saída profissional, através da lecionação de Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD).

2. Diversificar as oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de novas metodologias para a aprendizagem ao longo da vida:
  - a) Dinamização do Projeto Grundtvig – Parcerias, o qual consiste num projeto internacional promovido pela Comissão Europeia e os Ministérios de Educação de todos os estados-membros. Este Projeto destina-se a formandos adultos, que queiram melhorar as suas aptidões, conhecimentos e partilhar experiências com cidadãos de outras nacionalidades;
  - b) Realização de Estágios Internacionais no âmbito do Programa Leonardo da Vinci –Mobilidade de Pessoas presentes no Mercado de Trabalho - PMT , promovido pela Agência Nacional para os Programas Comunitários, com o objetivo de prestar apoio à mobilidade transnacional de trabalhadores, empregados por conta própria ou pessoas disponíveis para trabalhar (incluindo licenciados) a fim de frequentarem um período de formação no estrangeiro num contexto de formação profissional.

## **G. Afirmção e Promoção da EPFA**

1. Reconhecer e reforçar a autonomia da escola, influenciando o comportamento dos diferentes parceiros sociais no sentido de intervirem de uma forma positiva e concertada no desenvolvimento da região, utilizando a escola como mediador privilegiado:
  - a) Organização do Conselho Consultivo de modo a auscultar a opinião dos parceiros locais sobre as necessidades formativas e para se definirem estratégias de atuação promotoras do desenvolvimento da região;
  - b) Estabelecimento de relações de cooperação permanente, através de protocolos, com diferentes parceiros educativos, nomeadamente autarquias, centros de saúde, bombeiros locais, associações culturais/desportivas/ambientais, centros de emprego, escolas do 1º, 2º e 3º ciclos, institutos politécnicos, empresas e empresários, entre outros organismos públicos e privados de relevância local/regional/nacional.
  - c) Colaboração com a autarquia de Vidigueira e outras com as quais a escola mantenha alguma proximidade geográfica e parcerias, no desenvolvimento dos mais variados projetos de interesse mútuo.

2. Desenvolver estratégias de autonomia e diversidade de serviços prestados à comunidade educativa, em particular, e à região, em geral:
  - a) Prestação de serviços à comunidade no âmbito das áreas científicas e tecnológicas, em que a EPFA exerce a sua atividade, numa perspetiva de valorização recíproca;
3. Promover a imagem da EPFA, através da divulgação dos projetos e atividades desenvolvidos em vários meios, espaços e áreas:
  - a) Criação de um espaço, com uma agenda própria, para a realização de exposições, concursos, debates, encontros, feiras e colóquios;
  - b) Participação em feiras e eventos promovidos pelos concelhos proprietários e outros limítrofes à escola, introduzindo atividades desenvolvidas pelos alunos de acordo com os cursos que frequentam;
  - c) Planeamento, organização e dinamização de um fórum escolar, introduzindo atividades desenvolvidas pelos alunos de acordo com os cursos que frequentam;
  - d) Conceção de um stand institucional da escola;
  - e) Produção e distribuição do jornal escolar “Os Gatos”;
  - f) Atualização da página da escola na Internet;
  - g) Promoção de concursos que visem o aprofundamento dos conteúdos curriculares e a valorização das aprendizagens.

## 6. Caracterização dos Cursos

### 6.1. Caracterização dos Cursos Profissionais de Nível IV

Ao incidir sobre a importância da criatividade e inovação na formação dos jovens nos dias de hoje, é nosso propósito dotar os mesmos de competências efetivas, entre as quais se destacam a capacidade de identificar, avaliar e solucionar problemas de forma criativa e inovadora e o domínio das novas Tecnologias da Informação e Comunicação como meios de criatividade e expressão criativa, que lhes permitam fazer face aos desafios que estes enfrentam após a sua entrada num mercado de trabalho em profunda e constante mudança e cada vez mais competitivo. Sendo assim, pretendemos direcionar a nossa prática pedagógica para uma aprendizagem baseada na autocriação e inovação e que, simultaneamente estabeleça uma ponte alicerçada entre o mundo da criatividade e da inovação, entre as artes e as tecnologias e o mundo empresarial. Para tal, procuramos recorrer a espaços laboratoriais de trabalho reais, que permitam aos jovens o desenvolvimento das suas competências pessoais, profissionais, empresariais e sociais, e que, por outro lado, os estimulem para o intercâmbio de experiências, saberes e culturas e que despertem nos mesmos o gosto e o interesse pela aprendizagem ao longo da vida.

A formação profissional inicial desenvolvida na escola profissional obedece à seguinte matriz: Duração do Ciclo de Formação dos Cursos Profissionais de Nível IV que são regulamentados pela Portaria nº 550-C/2004 de 21 de maio, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 797/2006, de 10 de agosto:

3 anos letivos;

setembro a junho;

3100 horas;

1000 horas – Formação Sociocultural;

500 horas – Formação Científica;

1600 horas – Formação Técnica, sendo que 420 horas se destinam à Formação em Contexto de Trabalho, realizada nos 2º e 3º anos dos cursos, por um período de seis semanas (que corresponde a 210 horas anuais).

### 6.2. Estrutura do Currículo

#### 6.2.1. Formação Sociocultural (comum à generalidade dos cursos)

Fazem parte desta componente sociocultural as disciplinas de Português, Língua Estrangeira, Área de Integração, Tecnologias da Informação e Comunicação e Educação Física.

As disciplinas de Português e de Língua Estrangeira cumprem três finalidades: as que correspondem ao 12º ano de escolaridade, a uma qualificação profissional de Nível IV e à especificidade do curso.

A disciplina de Área de Integração privilegia as aprendizagens centradas na aquisição de uma cultura profissional e de empresa, assumida como instrumentos de reflexão e de ação relativamente ao desempenho dos diversos papéis sociais nos diferentes contextos de vida. Nesta perspetiva, esta disciplina explora as dimensões filosófica, histórico-social, cultural e económica da área profissional em que o curso se insere.

A disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação surge na componente de formação sociocultural dos cursos profissionais para fazer face à necessidade de dotar os nossos jovens de competências mínimas nestas tecnologias para que a sua integração social, enquanto cidadãos, não fique comprometida, tanto que cada vez mais a ação da escola se centra na gestão da informação e não na sua transmissão, tendo em conta que as fontes de informação são cada vez mais plurais e centradas nas TIC.

Assim, a aposta nesta disciplina pretende garantir aos jovens estudantes a aprendizagem de ferramentas diversificadas e indispensáveis ao sucesso pessoal e profissional.

Desta feita, destacam-se algumas das finalidades da disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação, como sejam fomentar a disponibilidade para uma aprendizagem ao longo da vida como condição necessária à adaptação a novas situações e à capacidade de resolver problemas no contexto da sociedade do conhecimento; promover a autonomia, a criatividade, a responsabilidade, bem como a capacidade para trabalhar em equipa numa perspetiva de abertura à mudança, à diversidade cultural e ao exercício de uma cidadania ativa; estimular o interesse pela pesquisa, pela descoberta e pela inovação, face aos desafios da sociedade do conhecimento; incentivar o desenvolvimento de competências na utilização das tecnologias da informação e comunicação para possibilitar uma literacia digital generalizada, num quadro de igualdade de oportunidades e de coesão social; desenvolver a capacidade de pesquisar, tratar, produzir e comunicar informação, quer pelos meios tradicionais, quer através das novas tecnologias da informação e comunicação e desenvolver capacidades para utilizar, adequadamente, e manipular, com rigor técnico, aplicações informáticas, nomeadamente em articulação com as aprendizagens e tecnologias específicas das outras áreas disciplinares.

No que concerne aos Cursos Profissionais de Nível IV, a disciplina de Educação Física faz parte integrante dos respetivos Planos Curriculares, encontrando-se inserida na Componente de Formação Sociocultural e sendo a carga horária de 140 horas, dividida pelos três anos letivos.

O objetivo Geral da Disciplina é promover a realização de atividades que proporcionem o desenvolvimento do espírito de iniciativa, de organização, de autonomia e de solidariedade, aspetos fundamentais da formação integral do indivíduo.

A disciplina de Educação Física tem vindo a revelar-se essencial e indispensável no processo de desenvolvimento da criança e do jovem, pelo que faz parte integrante da componente de formação sociocultural

de todos os cursos profissionais. São pois, de salientar algumas das finalidades desta disciplina no que diz respeito à formação dos jovens. Assim, destaca-se a sua relevância no desenvolvimento da aptidão física. Numa perspetiva da melhoria da qualidade de vida, saúde e bem-estar de quem a pratica, pretende-se com a disciplina de Educação Física consolidar e aprofundar os conhecimentos e competências práticas relativos aos processos de elevação e manutenção das capacidades motoras; alargar os limites dos rendimentos energético-funcional e sensório-motor, em trabalho muscular diversificado, nas correspondentes variações de duração, intensidade e complexidade e favorecer a compreensão e aplicação dos princípios, processos e problemas de organização e participação nos diferentes tipos de atividades físicas, na perspetiva da animação cultural e da educação permanente, valorizando, designadamente: a ética e espírito desportivo; a responsabilidade pessoal e coletiva, a cooperação e a solidariedade; a consciência cívica na preservação das condições de realização das atividades físicas, em especial a qualidade do ambiente.

É igualmente um dos seus objetivos reforçar o gosto pela prática regular das atividades físicas e aprofundar a compreensão da sua importância como fator de saúde ao longo da vida e componente de cultura, quer na dimensão individual, quer social. A disciplina de Educação Física assegura, ainda, o aperfeiçoamento dos jovens nas atividades físicas da sua preferência, de acordo com as suas características pessoais e motivações, através da formação específica e opcional, num conjunto de matérias que garanta o desenvolvimento multilateral e harmonioso da aptidão física, considerando nesse conjunto, os diferentes tipos de atividades físicas.

### **6.2.2. Formação Científica (variando em função da natureza do curso)**

Esta componente de formação compreende, como norma, entre duas a quatro disciplinas, que são ciências básicas. Os seus conteúdos programáticos cumprem duas finalidades: uma propedêutica, adequada ao nível de escolaridade secundária em que se situam e outra articulada com as aplicações tecnológicas da formação técnica e profissional de Nível IV em que se integram, sendo esta mais específica para cada curso.

### **6.2.3. Formação Técnica (incluindo Formação em Contexto de Trabalho/Estágio)**

Esta componente compreende, geralmente, quatro a seis disciplinas técnicas, com duas vertentes, uma predominantemente teórica (tecnológica) e outra predominantemente prática. Poder-se-á, ainda, subdividir esta em simulada (em Contexto de Formação Laboratorial ou Salas de Oficina) ou real (em Contexto de Trabalho). Esta prática real consiste tanto em estágios, como em experiências de trabalho, de carácter terminal ou, em alternância, intercalada com a formação em sala de aula, mas sempre integrada na duração total da formação.

### **6.2.3.1. Formação em Contexto de Trabalho**

Esta formação tem lugar nos segundos e terceiros anos do curso, num período que corresponde a seis semanas (210 horas em cada um dos anos, perfazendo um total de 420 horas de Formação em Contexto de Trabalho). No entanto, tanto os Professores Acompanhantes, como os acompanhantes das empresas e os próprios estagiários têm verificado que o período de formação em contexto de trabalho é reduzido para concretizar as perspetivas e objetivos criados por todos.

Uma vez que a Formação em Contexto de Trabalho auxilia os alunos e prepara-os para uma conveniente inserção na vida profissional, a nossa Instituição procura preparar, convenientemente, os jovens para o mundo do trabalho, proporcionando-lhes a aquisição de competências, atitudes, valores e capacidades, extremamente importantes para a inserção profissional e que satisfaçam as suas aspirações e expectativas. Simultaneamente, as competências adquiridas deverão ser coerentes com as necessidades locais, regionais e sectoriais de formação.

A Formação em Contexto de Trabalho é constituída por um conjunto de atividades profissionais desenvolvidas sob a coordenação e acompanhamento da escola, que visam a aquisição ou o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para o perfil de desempenho à saída do curso frequentado pelos alunos.

A Formação em Contexto de Trabalho deve incentivar, além de competências básicas, científicas e tecnológicas comuns a diversos contextos profissionais, a adoção de novas atitudes e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais. Como o próprio nome indica, sugere a realização de atividades curriculares inseridas na realidade do mundo do trabalho. É, para isso, indispensável o desenvolvimento de experiências de trabalho diversificadas e contactos dos alunos com a realidade complexa do setor produtivo.

O aluno terá reunido as condições necessárias para a realização da sua Formação em Contexto de Trabalho sempre que se verificar que tenha adquirido as competências mínimas exigidas, principalmente no que diz respeito à área técnica do respetivo curso.

A formação é adequada a cada nível de formação e aos diferentes ramos de atividades relativos a cada curso.

Em suma, a Formação em Contexto de Trabalho deve ser uma importante componente do desenvolvimento pessoal, social e profissional de todos os formandos de uma escola profissional.

A classificação da Formação em Contexto de Trabalho é autónoma e integra o cálculo da média final do curso. A organização e o desenvolvimento da FCT obedecem a um plano, elaborado com a participação das partes envolvidas e assinado pelo órgão competente da escola, pela entidade de acolhimento, pelo aluno e,

ainda, pelo encarregado de educação. O plano da Formação em Contexto de Trabalho, depois de assinado pelas partes, é considerado como parte integrante do contrato de formação subscrito entre a escola e o aluno, e identifica os objetivos, o conteúdo, a programação, o período, horário e local de realização das atividades, as formas de monitorização e acompanhamento do aluno, com a identificação dos responsáveis, bem como os direitos e deveres dos diversos intervenientes, da escola e da entidade onde se realiza a FCT.

A concretização da Formação em Contexto de Trabalho é antecedida e prevista, em protocolo enquadrador celebrado entre a escola e as entidades de acolhimento, as quais deverão desenvolver atividades profissionais compatíveis e adequadas ao perfil de desempenho visado pelo curso frequentado pelo aluno.

### **6.2.3.2. Prova de Aptidão Profissional**

A Prova de Aptidão Profissional (P.A.P.) consiste na apresentação e defesa, perante um júri, de um Projeto, consubstanciado num produto, material ou intelectual, numa intervenção ou numa atuação, consoante a natureza dos cursos, bem como do respetivo relatório final de realização e apreciação crítica, demonstrativo de saberes e competências profissionais adquiridos ao longo da formação e estruturante do futuro profissional dos jovens. O Projeto a desenvolver pelos alunos deve centrar-se em temas e problemas perspetivados e desenvolvidos pelos mesmos em estreita ligação com a Formação em Contexto de Trabalho e realizar-se sob orientação e acompanhamento de um ou mais professores. Tendo em conta a natureza do Projeto, poderá o mesmo ser desenvolvido em equipa, desde que, em todas as suas fases e momentos de concretização, seja visível e avaliável a contribuição individual específica de cada um dos membros da equipa.

A concretização da Prova de Aptidão Profissional compreende três momentos essenciais: a conceção do Projeto; o desenvolvimento do Projeto, devidamente faseado e a autoavaliação e elaboração do relatório final. O relatório final deve integrar diferentes aspetos, nomeadamente: a fundamentação da escolha do Projeto; as realizações e os documentos ilustrativos da concretização do mesmo; a análise crítica global da execução do Projeto, considerando as principais dificuldades e obstáculos encontrados e as formas encontradas para os superar e, finalmente, os anexos, designadamente os registos de autoavaliação das diferentes fases do projeto e das avaliações intermédias dos professores orientadores.

No que diz respeito à 1ª fase de realização da Prova de Aptidão Profissional, designada de Projeto-Base, iniciada logo desde o primeiro período do terceiro ano, em que cada aluno deve começar a preparar-se para a sua P.A.P., encarando-a como um elemento fundamental da sua avaliação e do sucesso de todo o seu processo de aprendizagem. Nomeadamente deverá trocar impressões com professores, profissionais e colegas sobre ideias de eventuais propostas de trabalho e esboçar projetos de P.A.P..



Deverá, também, estabelecer contactos com os professores de Área Técnica e Tecnológica com vista à escolha de um(a) Professor(a) Acompanhante que será orientador(a) da execução do Projeto. Dependendo da natureza da prova, o aluno poderá, ainda, contactar profissionais exteriores à Escola que, cumulativamente, com o(a) Professor(a) Orientador(a) farão o acompanhamento do desenrolar do Projeto.

No Projeto-Base da Prova de Aptidão Profissional devem constar os seguintes elementos: identificação do projeto; descrição sumária do mesmo; meios necessários à realização do Projeto: equipamento, recursos humanos, recursos materiais, recursos económicos; faseamento do Projeto indicando etapas e resultados a obter em cada uma delas; relatório com autoavaliação, onde se especifique a sua situação quanto à consecução dos objetivos do Curso e aproveitamento global até ao momento, e descrição das necessidades de ocupação temporal fora da Escola.

A equipa que orienta a elaboração da Prova de Aptidão Profissional têm em conta determinados critérios para validação do Projeto-Base, nomeadamente o interesse e a pertinência do Projeto quanto à sua ligação com o perfil de formação definido pela Escola e a exequibilidade do mesmo no espaço e tempo proposto. O júri para apreciação do Projeto-Base é constituído por: Diretor(a) Pedagógico(a); Coordenador(a) de Curso; Professores Acompanhantes e Orientador(a) Educativo(a) da Turma.

Relativamente à 2ª fase de preparação da P.A.P., que corresponde ao desenvolvimento faseado do Projeto, são definidas etapas com o(a) Professor(a) Acompanhante para apresentação de relatórios parciais do desenvolvimento das fases do mesmo, com auto e heteroavaliação elaborados pelo formando e pelo(a) Professor(a) Acompanhante, para apreciação do júri de acompanhamento da P.A.P..

No que concerne à 3ª fase de execução da P.A.P., que corresponde à entrega do relatório final, este incluirá, obrigatoriamente, as realizações e os documentos necessários à concretização do Projeto; os relatórios de autoavaliação das diferentes fases do mesmo; os registos das avaliações intermédias do(a) Professor(a) Orientador(a) e, ainda, a análise do percurso pessoal durante a execução do Projeto, considerando as dificuldades, obstáculos e principais aprendizagens efetuadas.

Finalmente, dando seguimento à 4ª e última fase de concretização da Prova de Aptidão Profissional, que engloba a apresentação, defesa e avaliação do Projeto, o júri para apreciação e avaliação da P.A.P., perante o qual o formando faz a defesa pública do seu projeto deve ser constituído por: Diretor(a) Pedagógico(a) da Escola, que preside; Coordenador(a) de Curso; Professor(a) Acompanhante do Projeto; Orientador(a) Educativo(a) de Turma; um representante das Associações Empresariais ou de empresas de setores afins ao Curso e, ainda, um representante das Associações Sindicais ou Profissionais dos setores de atividade afins ao Curso.

O júri de avaliação, para deliberar, necessita da presença de pelo menos três elementos, cabendo ao/à seu/sua Presidente voto de qualidade em caso de empate.

São critérios de avaliação da P.A.P., a ser levados em linha de consideração por todos os elementos do júri, os que seguidamente se apresentam:

- Demonstração de uma aprendizagem global com sucesso e relevante para a inserção na vida ativa;
- Qualidade, interesse e grau de dificuldade das atividades e produtos realizados;
- Demonstração de profissionalismo na conceção e implementação do Projeto.

### **6.3. Avaliação**

A aprovação em cada disciplina do plano curricular de cada curso, na Formação em Contexto de Trabalho e na Prova de Aptidão Profissional depende da obtenção de uma classificação igual ou superior a 10 valores. A conclusão com aproveitamento de um curso profissional obtém-se pela aprovação em todas as disciplinas do Curso, na FCT e na P.A.P.

A avaliação incide sobre as aprendizagens previstas no programa das disciplinas de todas as componentes de formação e no plano da Formação em Contexto de Trabalho e sobre as competências identificadas no perfil de desempenho à saída de cada curso. A avaliação deve assumir um carácter diagnóstico, formativo e sumativo, visando, por um lado, informar o aluno e o encarregado de educação, quando for o caso, sobre os progressos, as dificuldades e os resultados obtidos na aprendizagem, esclarecendo os mesmos relativamente às causas de sucesso ou insucesso; e, por outro, adequar e diferenciar as estratégias de ensino, estimulando o desenvolvimento global dos alunos nas áreas cognitiva, afetiva, relacional, social e psicomotora.

Para além disso, há que certificar os conhecimentos e competências adquiridos, contribuindo para a melhoria da qualidade do sistema educativo e possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e reforço da confiança social dos alunos no seu funcionamento.

A avaliação formativa deve ser contínua e sistemática e ter uma função diagnóstica, permitindo aos professores, aos alunos e aos Encarregados de Educação obter informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista à definição e ao ajustamento de processos e estratégias.

A avaliação sumativa deverá ter como principais funções a classificação e a certificação, traduzindo-se na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas e as competências adquiridas pelos alunos, e inclui a avaliação sumativa externa, para os alunos que assim o solicitem, e a avaliação sumativa interna que deverá ser expressa, numa escala de 0 a 20 valores, sendo que a avaliação formal de cada módulo em cada disciplina, da FCT e da P.A.P., a publicar em pauta, só terá lugar quando o aluno atingir a classificação mínima de 10 valores.

Assim, conclui-se que a avaliação dos Cursos Profissionais de Nível IV engloba:

- Avaliação formativa e avaliação sumativa interna, no seio de cada módulo de cada disciplina;

- Avaliação da Formação em Contexto de Trabalho (Estágio);
- Avaliação da Prova de Aptidão Profissional - trabalho individual (após 2/3 da formação e avaliada por um júri externo);
- Avaliação sumativa externa, para alunos que pretendam prosseguir estudos, na disciplina de Português e noutras disciplinas da Componente de Formação Científica.

#### 6.4. Certificação

- Técnico Intermédio Altamente Qualificado;
- 12.º ano de escolaridade (Nível IV da UE);

O modelo adotado pelas escolas profissionais assenta na implementação e concretização da estrutura modular, como forma de organizar a formação. A partir das propostas programáticas do Ministério da Educação, a Escola, com a participação da sua equipa de docentes, elabora a sua planificação curricular.

A classificação final do curso obtém-se mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = [2MCD + (0,3FCT + 0,7PAP)] / 3$$

sendo:

*CF* = classificação final do curso, arredondada às unidades;

*MCD* = média aritmética simples das classificações finais de todas as disciplinas que integram o plano de estudos do curso, arredondada às décimas;

*FCT* = classificação da formação em contexto de trabalho, arredondada às décimas;

*P.A.P.* = classificação da Prova de Aptidão Profissional, arredondada às décimas.

## **7. Perfil dos Formandos no Final dos Respetivos Cursos**

### **7.1. Domínio Socio-afetivo**

Aquando da frequência e conclusão do seu curso, qualquer formando deverá pautar-se pela consciencialização dos seus valores e interesses, manifestada através da sua confiança nas suas possibilidades e aptidões, nomeadamente na autocrítica e reconhecimento das suas limitações, bem como dos seus saberes. Deve ainda ser capaz de interpretar a realidade pessoal, local e nacional, dentro de um conjunto de princípios referenciais de liberdade, responsabilidade e sociabilidade, atendendo à importância da globalização.

É indispensável, ainda, que seja respeitador da autonomia alheia, capaz de aceitar e respeitar a diferença, preocupado e solidário com objetivos de natureza comunitária e envolvimento na melhoria da sociedade, nacional e internacional.

Acrescente-se a imperialidade de que os formandos possuam facilidade de relacionamento humano a vários níveis (jovialidade, cooperação, camaradagem, confronto crítico positivo, colaboração e amizade) e se deixem orientar por princípios universais de justiça e verdade; que sejam ativos, inovadores e empreendedores, colocando em prática os seus objetivos pessoais e sociais, demonstrando iniciativa, criatividade, atividade, persistência, racionalidade, convicção e humildade.

Os futuros técnicos deverão ser cidadãos e profissionais preocupados com a qualidade dos bens e serviços que consomem, com aqueles que venham a produzir e com o ambiente cultural e natural.

Espera-se que demonstrem possuir método de estudo e de trabalho, capacidade refletiva e crítica, abertura de espírito, tolerância, respeito pela diferença, poder de análise e conceção e autodisciplina.

### **7.2. Domínio Cognitivo-Cultural**

No final da sua formação, os formandos deverão possuir um leque variado de competências humanistas, científicas e técnicas que lhes permitam a escolha de uma profissão que lhes permita colocar em prática aquilo que sabem e ainda lhes forneça instrumentos, no sentido de conseguirem visualizar a necessidade de se continuarem a atualizar, através de formações e outras atividades de enriquecimento profissional e cultural. Concomitantemente, deverão ser suficientemente flexíveis para se adaptarem à mudança, para se motivarem e para terem vontade de aprender com todos aqueles que os rodeiam.

Deverão ser profissionais ávidos de informação e capazes de a interpretar de forma crítica, avaliando e selecionando as mensagens, afastando os excessos e a superficialidade; mostrar que usam a Língua Portuguesa com correção e que têm facilidade de expressão oral e escrita; exprimir-se apropriadamente, pelo menos, numa língua estrangeira, de modo a relacionarem-se com outras realidades culturais que se identificam

com os valores nacionais, quer sejam de natureza geográfica, histórica, económica, cultural e demográfica, bem como reconhecer os desafios que se lhes depararem ao longo da sua vida. Almeja-se, também, que desenvolvam, consolidem e aprofundem interações com países do quadro comunitário, assim como com outros de expressão oficial portuguesa.

Acredita-se, por sua vez, que os discentes conseguirão abordar os temas com o rigor científico necessário ao desempenho das suas funções e possuir raciocínio metódico no âmbito dos horizontes do curso. Por outro lado, espera-se que desenvolvam contactos e experiências com o mundo do trabalho; ter a capacidade de integrar, assimilar e utilizar as informações obtidas, pautar-se por uma atuação baseada em atitudes responsáveis e criativas, e possuir determinação para colaborar na resolução de problemas da comunidade em que se inserem.

## 8. Assiduidade dos Cursos Profissionais e dos Cursos de Educação/Formação

### 8.1. Enquadramento Legal

Segundo a Portaria nº797/2006, de 10 de agosto, que altera a Portaria 550-C/2004, de 21 de maio:

1 - No cumprimento do plano de estudos, para efeitos de conclusão do curso com aproveitamento devem estar reunidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) a assiduidade do aluno não pode ser inferior a 90% da carga horária do conjunto dos módulos de cada disciplina;
- b) a assiduidade do aluno, na FCT, não pode ser inferior a 95% da carga horária prevista.

2 - Em situações excecionais, quando a falta de assiduidade do aluno for devidamente justificada, a escola deverá:

- a) assegurar o prolongamento das atividades até ao cumprimento do número total de horas de formação estabelecidas ou
- b) o desenvolvimento de mecanismos de recuperação, tendo em vista o cumprimento dos objetivos de aprendizagem;
- c) o período de FCT poderá ser prolongado, a fim de permitir o cumprimento do número de horas estabelecido.

3 - A escola assegurará a oferta integral do número de horas de formação previsto na matriz dos cursos, adotando, para o efeito, todos os mecanismos de compensação ou substituição previstos na lei e nos respetivos estatutos ou regulamentos internos.

De acordo com as alterações introduzidas pela Lei nº 3/2008, de 18 de janeiro, e seu enquadramento no âmbito dos Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação de Jovens, exposto no ofício circular nº 35/2008 de 17 de outubro:

- Verificando-se a existência de faltas dos alunos, independentemente da sua natureza, pode a escola promover a aplicação de medidas corretivas, de entre as previstas no artigo 26º do Estatuto do aluno e outras previstas no regulamento interno do estabelecimento de ensino, cabendo, neste contexto, à escola decidir sobre a eventual aplicação da medida de prolongamento de atividades, sempre que a mesma se enquadre nas finalidades consagradas no artigo 24º e tendo em conta os critérios de constantes do artigo 25º, ambos do estatuto do aluno.

- Para todos os efeitos previstos no estatuto do aluno, o limiar de assiduidade dos alunos relativamente às disciplinas dos cursos profissionais e dos CEF é o seguinte:

a) 90% da carga horária do conjunto de módulos de cada disciplina, no caso dos cursos profissionais, e da carga horária da disciplina ou domínio, no caso dos CEF, admitindo-se um limite de faltas de 10%, independentemente da natureza das mesmas e, sem prejuízo do disposto da alínea seguinte;

b) 93% da carga horária do conjunto dos módulos de cada disciplina, no caso dos cursos profissionais, e da carga horária da disciplina ou domínio, no caso dos CEF, admitindo-se um limite de 7% de faltas exclusivamente injustificadas;

- Ultrapassando o limiar da assiduidade dos alunos, nas condições enunciadas, haverá lugar à realização, logo que avaliados os efeitos da aplicação das medidas corretivas, de uma prova de recuperação, nos termos previstos pelo Conselho Pedagógico.

Visando clarificar os termos de aplicação do disposto no Estatuto do Aluno, o Despacho n.º 30265/2008, refere que o regime de faltas estabelecido visa sobretudo criar condições para que os alunos recuperem eventuais défices de aprendizagem decorrentes das ausências à escola nos casos justificados e determina o seguinte:

- Das faltas justificadas, designadamente por doença, não pode decorrer a aplicação de qualquer medida disciplinar corretiva ou sancionatória;

- O plano a aplicar na sequência de faltas justificadas tem como objetivo, exclusivamente, diagnosticar as necessidades de apoio, tendo em vista a recuperação de eventual défice das aprendizagens;

- Assim sendo, o plano de recuperação não pode ter a natureza de um exame, devendo ter um formato e um procedimento simplificado, podendo ter a forma escrita ou oral, prática ou de entrevista;

- O plano individual de trabalho referido é da exclusiva responsabilidade do professor da disciplina;

- Do plano realizado, na sequência de faltas justificadas, não pode decorrer a retenção, exclusão ou qualquer outra penalização para o aluno, apenas medidas de apoio ao estudo e à recuperação das aprendizagens, sem prejuízo da restante avaliação.

## **8.2. Regime de Assiduidade**

Decorre do exposto que as medidas corretivas são aplicadas, exclusivamente, aquando de faltas injustificadas, assim determina-se que:

Verificada a existência de 50% do limite de faltas injustificadas, contabilizado até ao ano de formação em decurso, da carga horária do conjunto dos módulos de cada disciplina, no caso dos cursos profissionais, e da carga horária da disciplina ou domínio, no caso dos CEF, deve o Diretor de Turma ou Orientador Educativo

convocar o Encarregado de Educação para uma reunião, onde estarão também presentes o aluno e o Conselho de Direção, visando clarificar as consequências do comportamento verificado.

Verificado o limite de faltas injustificadas, contabilizado até ao ano de formação em decurso, da carga horária do conjunto dos módulos de cada disciplina, no caso dos cursos profissionais, e da carga horária da disciplina ou domínio, no caso dos CEF, devem ser acionadas, pelo professor responsável, medidas corretivas:

A medida corretiva a aplicar, prossegue finalidades pedagógicas, preventivas, dissuasoras e visando, de forma sustentada, a integração do aluno na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e das suas aprendizagens, assim compreenderá a realização de tarefas e atividades de integração escolar, podendo, para esse efeito, ser aumentado o período de permanência obrigatória, diária ou semanal, do aluno na escola.

O professor responsável pela aplicação da medida irá elaborar um plano de desenvolvimento da tarefa ou atividade a realizar, que será apresentado à consideração do Diretor Pedagógico.

Após a aprovação do plano o aluno será informado pelo professor, através da apresentação do mesmo, o qual será assinado por ambas as partes e enviado ao Diretor de Turma ou Orientador Educativo, Encarregado de Educação e Diretor Pedagógico.

Caso as medidas corretivas sejam cumpridas e avaliadas de forma positiva, são creditadas como compensadas horas de formação de acordo com a avaliação do plano.

Caso as medidas corretivas não sejam cumpridas ou não atingidos os seus objetivos, o aluno fica sujeito, assim que ultrapassar o limiar de assiduidade, a um plano individual de trabalho (PIT).

Em qualquer dos casos são informados todos os intervenientes na aplicação da medida e registado o seu resultado no processo do aluno.

Ultrapassado o limiar da assiduidade estabelecido e após avaliados os resultados da aplicação das medidas corretivas, haverá lugar à realização de uma prova de recuperação, dentro dos seguintes termos:

Será entregue uma convocatória ao aluno com a data em que o plano terá lugar e uma informação ao Encarregado de Educação.

A elaboração do PIT é da responsabilidade do professor e estará sujeita à aprovação do Diretor Pedagógico.

Dos resultados obtidos são informados o aluno, o Encarregado de Educação, Diretor de Turma ou Orientador Educativo e o Diretor Pedagógico.

As consequências associadas à realização do PIT são as seguintes:

Caso o aluno não obtenha aprovação, cabe ao conselho de turma propor:

O cumprimento de um plano de acompanhamento especial e, conseqüentemente, a realização de um novo plano;

A exclusão do aluno que se encontra fora da escolaridade obrigatória;



Caso o aluno obtenha aprovação retoma o seu percurso escolar normal, devendo ser creditadas como horas de formação compensadas as faltas dadas pelos alunos antes da realização do PIT, de acordo com a avaliação obtida.

Atualmente, vigora a Lei n.º 39/2010, de 2 de setembro, Segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pela Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro – Estatuto do Aluno do Ensino não Superior, o qual foi alterado pela Lei n.º 3/2008, de 18 de janeiro, bem como o ofício circular n.º 35/2008 de 17 de outubro, que introduz alterações no âmbito do regime de assiduidade dos Cursos Profissionais e CEF.

## 9. Implementação e Avaliação do Projeto Educativo

Com a criação de cada novo Projeto Educativo renova-se não só a esperança de fazer mais e melhor, como também se renovam as vontades e as aspirações de uma escola que ambiciona ser muito mais do que transmissora de saberes, ou seja, pretendemos e queremos fazer a diferença entre aqueles que mais de nós esperam, isto é, os jovens que, ano após ano, nos procuram e em nós acreditam, tendo sempre a esperança que lhes tracemos um rumo e lhes apontemos uma luz e um caminho.

Ora, a sustentabilidade dos projectos educativos relaciona-se com o investimento e o empenho que cada membro da comunidade educativa coloca na sua ação e na relação que estabelece com os outros.

Trata-se de um projeto que, por sua vez, traz consequências ao nível pessoal e familiar de cada um que "vive" e "trabalha" na escola, traça projectos de vida dos seus alunos e docentes, valorizando compromissos pedagógicos e profissionais, bem como, objectivos de estabilidade pessoal, profissional e familiar. Este processo só pode ser encarado como uma construção contínua, em que professores e alunos aprendem e partilham mutuamente experiências, saberes, competências e "saber-fazer".

A Escola Profissional Fialho de Almeida, enquanto entidade educadora e formadora de recursos humanos empenhados no exercício de actividades profissionais qualificadas, assume a responsabilidade de, através da lecionação de conteúdos e práticas relacionadas com o ensino técnico-profissional, desenvolver actividades de educação e formação qualificantes que possam contribuir para a melhoria do nível cultural e educacional da população e para o desenvolvimento da região em que se insere.

Neste sentido, pretende fomentar nos seus alunos uma formação humana integral, que assenta nos seus aspectos pessoal, cultural, científico, técnico e profissional, proporcionando-lhes uma preparação adequada para um exercício profissional qualificado, em que para poder dar resposta ao conjunto das suas missões a educação/formação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; e, finalmente, aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contacto, de relacionamento e de permuta.

Num mundo em constante mudança e global, é imperioso investir nos conhecimentos e nas competências, pois estes são um importante catalisador para o crescimento económico. Dado o actual clima de instabilidade económica, investir nos indivíduos assume uma importância acrescida, tarefa a que a EPFA se propõe, com a implementação deste Projeto Educativo que se consubstancia no Plano de Atividades da Escola e ainda no Regulamento Interno.

A região do Alentejo tem-se debatido arduamente por criar riqueza e investir, em ser inovadora, denotando vontade de renovação, o que se concretiza na construção da Barragem de Alqueva, da utilização dos territórios vizinhos para fins agrícolas de regadio e de empreendimentos turísticos, bem como no aeroporto de Beja.

Perspetivando-se mudanças estruturais para a região, a EPFA aposta nas sinergias locais para fomentar uma educação/formação orientada para formar cidadãos responsáveis, ativos e conscientes do mundo à sua volta. A nossa Instituição visa promover nos alunos uma vontade maior de fazer parte de um mundo melhor, pleno de uma “criatividade inovadora” que fará girar o mundo, renovando-o a cada instante com o talento natural de um jovem sedento de aprender como os que todos os anos chegam à nossa escola e que são a razão maior da profissão que abraçamos.

A criatividade pode, igualmente, trazer outra relevância à forma como o sistema escolar está organizado. Se, tal como acontece na nossa escola, o professor tem a responsabilidade de organizar o processo de ensino-aprendizagem, de proporcionar os materiais didáticos, de decidir sobre o melhor método para o estudo do currículo, a presença sistemática da criatividade nas suas planificações - abertas ou fechadas - desencadeará, conseqüentemente, no aluno a procura das suas próprias respostas e soluções, de forma interessada e apaixonante, em vez da receção passiva, pura e simples, dos valores e conhecimentos do professor. O próprio ato de criar pode fornecer ao aluno novos vislumbres, novas perspetivas e nova compreensão para a ação futura. Provavelmente, o melhor incentivo para criar é o próprio ato de criação. Assim se compreende e se explica que uma das preocupações que nos acompanham no nosso dia a dia, se traduz e espelha no “aprender fazendo”. Assim se explica que muitos dos nossos cursos tenham uma participação tão ativa e tão presente em eventos vários, logo a partir do primeiro ano, permitindo-se que, deste modo, se incuta e se aguçe a vontade de ir mais longe e de marcar a diferença pela prática. Só assim se vencerá num mercado de trabalho tão competitivo e implacável.

No sentido de aferir se o Projeto Educativo é, na realidade, um instrumento para o aluno e ao serviço do aluno, proceder-se-á a uma avaliação sistemática. Esta pretende aferir se a missão da EPFA e as metas traçadas foram alcançadas, de acordo com os objectivos definidos, tanto no que concerne a este Projeto Educativo como ao próprio Plano de Atividades. Far-se-á uma análise exaustiva da real consecução dos objetivos propostos, de forma a detetar se o mesmo está a ser implementado e se está adequado aos alunos que frequentam ou pretendem vir a frequentar nossa instituição, anualmente. Cabe às estruturas técnico pedagógicas proceder a essa avaliação, nomeadamente em Conselho Pedagógico, na última reunião de cada ano letivo, após análise desse cumprimento nas reuniões de Conselho de Orientadores Educativos e Conselho de Diretores de Curso, que recolherão toda a informação em relatórios específicos para o efeito. No final da vigência deste Projeto, proceder-se-á à reformulação do mesmo.